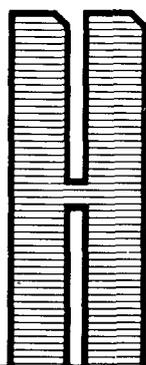




República Federativa do Brasil

ASSEMBLÉIA



NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I — SUPLEMENTO AO Nº 56

SEXTA-FEIRA, 8 DE MAIO DE 1987

BRASÍLIA — DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUGESTÕES APRESENTADAS

DE 1001 A 2000

BRASÍLIA — 1987



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I — SUPLEMENTO AO Nº 56

SEXTA-FEIRA, 8 DE MAIO DE 1987

BRASÍLIA — DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUGESTÕES APRESENTADAS DE CONSTITUINTES

ADEMIR ANDRADE (PMDB) — Sugere normas que assegurem os direitos dos trabalhadores, definindo o salário mínimo, estabelecendo o salário máximo, a obrigatoriedade do pagamento em dobro de horas extras, a garantia do seguro desemprego e o direito de greve. Nº 1033.

Sugere normas que disponham sobre a competência dos Estados e do Distrito Federal para instituir impostos sobre a circulação de mercadorias; sobre a participação dos Municípios na distribuição de Receitas. Nº 1101.

ADROALDO STRECK (PDT) — Sugere que a votação de projeto de lei que implique despesa fique condicionada à indicação dos recursos para atendê-lo. Nº 1989.

AÉCIO DE BORBA (PDS) — Sugere o estabelecimento de princípios e normas relativas à Legislação Desportiva. Nº 1431.

AFONSO ARINOS (PFL) — Sugere normas que disponham sobre educação, cultura e patrimônio histórico e natural. Nº 1811.

Sugere normas dispondendo sobre a comunicação social e sobre a ciência e a tecnologia. Nº 1812.

Sugere seja assegurada assistência à maternidade, à infância, à adolescência, aos filhos e aos deficientes; que os menores, particularmente os órfãos e os abandonados, tenham direito à especial proteção da sociedade e do Estado, e demais dispositivos que enumera. Nº 1813.

Sugere norma sobre a ordem social e seus princípios; sobre os servidores públicos e demais disposições que estabelece. Nº 1814.

Sugere normas sobre saúde e segurança so-

cial e demais dispositivos que enumera. Nº 1815.

Sugere normas dispondendo sobre as populações indígenas; a criação de um Fundo Contábil especial para atender as populações carentes; o direito dos deficientes à educação especial e gratuita, assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social do País, e outras disposições que estabelece Nº 1816.

Sugere normas dispondendo sobre a ordem econômica, baseada nos princípios da valorização do trabalho, da liberdade de iniciativa, do pleno emprego, do fortalecimento da empresa nacional, dentre outros que enumera, sobre os investimentos de capital estrangeiro, as jazidas, minas e demais recursos minerais, dívida externa e outras disposições que estabelece. Nº 1817.

Sugere normas dispondendo sobre a moradia, nos termos que estabelece. Nº 1818.

Sugere seja assegurado a todos os direitos à propriedade territorial rural, condicionada pela sua função social, e determina outras providências Nº 1819.

Sugere normas dispondendo sobre o sistema tributário, sua política e extensão; sobre a competência da União, dos Estados e do Distrito Federal, inclusive competência concorrente para instituir impostos, sobre participações e distribuições de receitas, nas condições que estabelece Nº 1820.

Sugere normas dispondendo sobre o orçamento e sobre a fiscalização financeira e orçamentária, nos termos que especifica. Nº 1821.

Sugere normas dispondendo sobre a criação, or-

ganização e funcionamento dos partidos políticos, nos termos que estabelece. Nº 1822.

Sugere normas dispondendo sobre as Forças Armadas, a segurança pública, o Conselho de Defesa do Estado, e demais disposições que enumera. Nº 1823.

Sugere normas dispondendo sobre os casos de emendas à Constituição, nos termos que estabelece. Nº 1824.

Sugere normas dispondendo sobre o Poder Legislativo e sobre o Processo Legislativo, nos termos e condições que estabelece. Nº 1825.

Sugere normas dispondendo sobre a organização do Poder Executivo, sobre o Conselho de Ministros, os Ministros de Estado e o Conselho de Estado. Nº 1826.

Sugere normas dispondendo sobre o Poder Judiciário, os órgãos que o compõem e respectivas competências, bem como sobre o Ministério Público, sua definição, incumbência, composição e seus princípios institucionais, e demais disposições que enumera. Nº 1827. Sugere normas sobre o Estado Federal, a competência da União Federal e a competência comum à União, aos Estados e aos Municípios, sobre a intervenção federal nos Estados, sobre o Distrito Federal, os Territórios, os Municípios e as regiões, nos termos que estabelece. Nº 1828.

Sugere normas dispondendo sobre os Estados, sua autonomia e seus poderes; sobre o Ministério Público Estadual e as Assembleias Legislativas, e dá outras providências. Nº 1829

Sugere normas dispondendo sobre os Municípios, sobre as Regiões de Desenvolvimento Econô-

mico e sobre as Regiões Metropolitanas, nos termos que estabelece. Nº 1830

Sugere normas sobre as disposições preliminares à Constituição; sobre os princípios que devam reger a política externa brasileira; sobre o direito à nacionalidade e dá outras providências. Nº 1831

Sugere normas dispondo sobre os direitos políticos; as condições de elegibilidade dos militares e sobre a concessão de anistia, nos termos e condições que estabelece. Nº 1832

Sugere normas dispondo sobre os direitos e garantias que enumera. Nº 1833

AGASSIZ ALMEIDA (PMDB) — Sugere que se assegure a todo cidadão o direito ao "habeas-Data". Nº 1432

Sugere que todo cidadão ou entidade possa, sem ônus judicial, impetrar ação popular, para exigir que os dirigentes de órgãos públicos prestem esclarecimentos de sua gestão. Nº 1433

Sugere que os dirigentes da administração direta e indireta sejam obrigados a prestar contas de suas gestões ao Poder Legislativo, como menciona, e que os Tribunais de Contas fiquem sujeitos à supervisão do Congresso Nacional. Nº 1434

Sugere que o Brasil garanta o direito de asilo aos perseguidos em razão de lutas pela democracia, pela paz, pela justiça e pelos direitos humanos, e que não expulse asilados políticos para país que os persiga. Nº 1435

Sugere a instituição da "Universidade Aberta", sob a orientação do Ministério da Educação. Nº 1436

Sugere que lei complementar disponha sobre a criação de áreas metropolitanas, que reúnam municípios limítrofes; que a lei fixe as fontes de receitas para a prestação de serviços comuns; que em cada uma destas áreas seja formado um conselho metropolitano. Nº 1990

Sugere que as empresas com mais de 100 (cem) funcionários fiquem obrigadas a instalar ou subvencionar unidades escolares, para atendimento a seus funcionários e dependentes. Nº 1991

Sugere que todos os brasileiros adquiram a maioria civil e sejam considerados responsáveis perante a lei ao atingirem a idade de 18 (dezoito) anos. Nº 1992

Sugere que o poder público possa desapropriar terrenos nos perímetros urbanos para realização de obras, efetuando o pagamento através de títulos da dívida pública. Nº 1993

Sugere a criação do Ministério da Defesa, a transformação dos Ministérios do Exército, Marinha e Aeronáutica em armas militares e a extinção do Estado-Maior das Forças Armadas. Nº 1994

Sugere que sejam geridos pelo Banco do Nordeste do Brasil, como fundo rotativo, 2% (dois por cento) do Orçamento da União, durante 20 anos. Nº 1995

AGRIPINO DE OLIVEIRA LIMA (PFL) — Sugere que a importação de produtos de primeira necessidade dependa de aprovação do Poder Legislativo. Nº 1103

Sugere que o Brasil não mantenha relações diplomáticas com os países onde, comprovadamente, não haja eleições livres e democráticas e nos quais os direitos humanos sejam desrespeitados. Nº 1996

Sugere caiba ao Estado divulgar os métodos de planejamento familiar, organizando estruturas jurídicas e técnicas que permitam o exercício de uma paternidade consciente e adequando o crescimento demográfico ao plano de desenvolvimento econômico e social. Nº 1997

Sugere que a região do Pantanal mato-grossense seja preservada como reserva natural, sob a guarda do Exército brasileiro. Nº 1998

AIRTON CORDEIRO (PDT) — Sugere norma que disponha sobre a inelegibilidade dos detentores de mandatos executivos. Nº 1104

AIRTON SANDOVAL (PMDB) — Sugere que os benefícios previdenciários e os direitos trabalhistas sejam aplicáveis aos trabalhadores urbanos e rurais, sem discriminação de qualquer espécie. Nº 1999

Sugere que o ensino da Língua Portuguesa seja obrigatório para todos, nos três graus de ensino. Nº 2000

ALBÉRICO CORDEIRO (PFL) — Sugere que seja vedado à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal instituir os impostos que discrimina. Nº 1437

Sugere que sejam eleitores os brasileiros que, à data das eleições, tenham completado dezesseis anos, e estejam alistados na forma da lei. Nº 1438

Sugere que todas as pessoas tenham direito de tomar conhecimento do que constar de registros, fichários e arquivos mantidos pelo poder público a seu respeito, bem como do fim a que se destinam tais informações, podendo exigir a sua atualização ou a retificação de dados, e que essas informações só possam ser usadas para estatística, vedado qualquer outro fim sobre a vida privada, fé religiosa ou convicções político-filosóficas. Nº 1439

Sugere que a União aplique no Nordeste percentual do produto de sua arrecadação tributária, no prazo e nas condições que estabelece. Nº 1440

Sugere que 30 (trinta) dias após a promulgação da Constituição Federal as Assembleias Legislativas sejam, automaticamente, investidas de poderes constituintes com a finalidade de elaborarem as Constituições estaduais. Nº 1441

Sugere que, em nenhuma hipótese, o aposentado pelo sistema previdenciário ou pelo poder público possa perceber proventos inferiores ao salário mínimo. Nº 1442

Sugere que dependa de prévia aprovação do Congresso Nacional a construção de quaisquer obras viárias e análogas nos parques nacionais, nas reservas indígenas, nas reservas florestais e em santuários ecológicos de reconhecido valor ambiental. Nº 1443

Sugere que a 1ª (primeira) investidura em cargo público dependa de aprovação prévia em concurso público e que seja vedada a acu-

mulação de cargos de qualquer natureza. Nº 1444

Sugere que os recessos do Senado Federal e da Câmara dos Deputados sejam estabelecidos pelas respectivas mesas diretoras ouvida representação dos funcionários de ambas as Casas, conforme estabelece. Nº 1445

Sugere seja competência da União organizar e manter a Polícia Rodoviária Federal subordinada ao Ministério da Justiça, com o fim de executar o patrulhamento das estradas federais e auxiliar nos demais procedimentos peculiares. Nº 1446

Sugere a criação de um Tribunal Regional do Trabalho em cada Unidade da Federação, com vistas a promover a agilização da Justiça do Trabalho de segunda instância. Nº 1447.

Sugere seja garantida imunidade parlamentar aos senadores, aos deputados federais e estaduais e aos vereadores, e estabeleça as condições de julgamento desses legisladores. Nº 1448

Sugere eleições diretas para governador do Distrito Federal e para os conselhos comunitários das regiões administrativas, 90 (noventa) dias após a promulgação da Constituição. Nº 1449

Sugere que qualquer contrato, convênio ou acordo, que envolva recursos financeiros de países ou entidades estrangeiras, só tenha validade após aprovação prévia do Congresso Nacional. Nº 1450

Sugere normas sobre o mandato, as vantagens e os subsídios dos senadores, dos deputados federais e estaduais e dos vereadores. Nº 1451

Sugere que a instalação de usinas nucleares seja submetida a plebiscito. Nº 1452

Sugere normas dispondo sobre a inelegibilidade dos ocupantes dos cargos que enumera. Nº 1453

Sugere a instituição do regime parlamentarista, nas condições que estabelece. Nº 1454

Sugere que todos os brasileiros sejam obrigados ao serviço militar, ou ao serviço rural, ou a outros encargos necessários à segurança e ao desenvolvimento nacionais, na forma que estabelece. Nº 1455

Sugere a realização de eleições gerais no segundo domingo de novembro de 1990 e que a posse dos eleitos se dê no primeiro domingo de janeiro de 1991. Nº 1456

Sugere que o mandato dos membros das mesas diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal seja de 1 (um) ano, proibida a reeleição. Nº 1457

ALDO ARANTES (PC do B) — Sugere norma que extinga a grande propriedade latifundiária, de acordo com o que estabelece. Nº 1032.

Sugere norma que estabeleça princípios e diretrizes para a educação; que assegure a todos o direito ao ensino público, gratuito e laico, em todos os níveis. Nº 1102.

Sugere normas sobre a organização dos municípios. Nº 1458.

Sugere normas sobre fiscalização financeira e orçamentária. Nº 1459.

Sugere normas sobre a criação e a organização do Estado de Brasília. Nº 1460.

Sugere normas sobre a estrutura, a organização e a competência da Justiça Eleitoral. Nº 1874

Sugere normas que disponham sobre a criação, composição e competência do Supremo Tribunal Constitucional. Nº 1105

ÁLVARO VALLE (PL) — Sugere norma que disponha sobre a isenção de impostos aos motoristas profissionais para a aquisição de veículos e aos agricultores para a compra de implementos. Nº 1106

Sugere seja proibida a anexação ou o desmembramentos de Estado sem prévia consulta às respectivas populações. Nº 1107

Sugere que a assistência judiciária goze de independência funcional, administrativa e financeira e que seja dirigida por um procurador-geral de assistência judiciária. Nº 1108

Sugere seja assegurado o direito de voto a todos os cidadãos brasileiros, salvo nos casos que enumera. Nº 1461

Sugere seja direito do cidadão locomover-se nos limites de sua cidade, devendo o sistema urbano de transportes permitir-lhe esta locomoção, qualquer que seja sua condição social ou financeira. Nº 1462

Sugere que a lei estabeleça as atribuições do Contador-Geral da República, que será nomeado pelo Presidente da República, após aprovação de seu nome pelo Congresso Nacional. Nº 1463

Sugere que os documentos públicos não possam ser destruídos, salvo nos termos da lei, e após parecer de historiadores e arquivistas. Nº 1464

Sugere seja assegurado a todos os candidatos a cargos eletivos o direito à recontagem de votos. Nº 1465

Sugere sejam concedidos incentivos fiscais às empresas que empreguem jovens sem experiência anterior de trabalho. Nº 1466

Sugere que apenas os pensionistas e aposentados tenham isenção fiscal. Nº 1467

Sugere seja criado órgão responsável pela fixação dos índices oficiais de flutuação do valor da moeda, nas condições que estabelece. Nº 1468

Sugere que o Estado assegure ensino gratuito à criança dos 4 aos 14 anos, sempre que a família interessada comprovar insuficiência de recursos. Nº 1469

Sugere seja assegurado ao cidadão o direito de optar pelo sistema público ou privado de previdência social. Nº 1470

Sugere que, em nenhuma hipótese, seja tolerada a censura por razões políticas, doutrinárias ou estéticas. Nº 1471

Sugere seja assegurado a todo o cidadão o direito de viver em local isento de contaminação ambiental. Nº 1472

Sugere que o Estado assegure ensino gratuito, em nível universitário, a todos os que comprovem vocação e competência para estudos superiores e não possam custeá-los. Nº 1473

Sugere que todos os brasileiros sejam obrigados ao serviço militar ou a encargos neces-

sários à segurança nacional, nas condições que estabelece. Nº 1474

Sugere que as instituições de ensino superior, reconhecidas pelo Estado, gozem de total autonomia administrativa, financeira e pedagógica. Nº 1475

Sugere que seja facultado às empresas privadas organizar e explorar atividades econômicas para o fim que menciona. Nº 1476

Sugere seja livre a circulação de pessoas no território nacional, com as exceções que enumera. Nº 1875

AMILCAR MOREIRA (PMDB) — Sugere seja dever do Estado promover a divulgação dos métodos de planejamento familiar e propiciar às famílias os meios necessários para o controle voluntário da natalidade. Nº 1477

ANTÔNIO DE JESUS (PMDB) — Sugere que a disciplina "Educação Física" seja facultativas nas escolas. Nº 1478

Sugere a suspensão da contribuição previdenciária do servidor público, estatutário ou celetista, da administração direta ou indireta, que exerça mandato eletivo. Nº 1876

ANTÔNIO SALIM CURIATI (PDS) — Sugere que lei federal regule o funcionamento de consórcio para a aquisição de casa própria. Nº 1109

Sugere que lei complementar estabeleça tratamento tributário, previdenciário, crédito e administrativo diferenciado e simplificado para a microempresa. Nº 1110

Sugere norma que estabeleça como competência da Polícia Federal executar os serviços de Polícia marítima, aérea, rodoviária e de fronteira.

Sugere que atividade realizada ao lar seja considerada atividade econômica atípica. Nº 1112

Sugere seja assegurada à dona-de-casa do meio urbano e rural o direito à aposentadoria. Nº 1113

Sugere normas que disponham sobre a aposentadoria e pensões dos trabalhadores. Nº 1114

Sugere norma que disponha sobre a igualdade de direitos entre homens e mulheres; que ninguém seja prejudicado em razão de nascimento, cor, raça, sexo, estado civil, trabalho urbano ou rural, religião, convicções políticas ou filosóficas, deficiência física ou qualquer particularidade ou condição. Nº 1115

Sugere norma que disponha sobre a aposentadoria voluntária aos 35 anos de serviço para o homem e aos 25 anos para a mulher, com salário integral. Nº 1116

Sugere norma que disponha sobre o direito de todos à seguridade social. Nº 1117

Sugere seja assegurada a assistência à maternidade, à infância, à adolescência, aos idosos e aos deficientes, nas condições que estabelece. Nº 1479

ASDRUBAL BENTES (PMDB) — Sugere que a escolha dos candidatos dos partidos aos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, Governador de Estado, Prefeito e Vice-Prefeito seja definida em lei complementar, na forma que menciona. Nº 1480

BRANDÃO MONTEIRO (PDT) — Sugere norma que disponha sobre a concessão das dívidas das microempresas, produtores rurais e pessoas físicas. Nº 1120

Carlos VIRGÍLIO (PDS) — Sugere norma que disponha sobre a organização, competência e atribuições do Poder Legislativo e sobre a estrutura e funcionamento do processo legislativo. Nº 1121

Sugere norma que disponha sobre a organização, competência e atribuições do Poder Executivo; sobre a responsabilidade do Presidente da República e dos Ministros de Estado. Nº 1122

Sugere normas dispondo sobre a utilização da informática, estabelecendo que todos tenham o direito de acesso a informações pessoais constantes de registros informáticos; sugere seja vedado o registro informático sobre convicções filosóficas ou políticas, nos casos e condições que especifica. Nº 1885

Sugere normas dispondo sobre o instituto do **habeas data**. Nº 1886

Sugere seja assegurado aos partidos políticos o direito de antena nas emissoras de rádio e televisão e outras normas sobre partidos políticos. Nº 1887

CÉSAR CALS NETO (PDS) — Sugere norma que conceda isenção de tarifa, nos transportes coletivos, às pessoas com mais de 65 anos de idade. Nº 1118

Sugere norma que estabeleça como competência da União a elaboração de planos nacionais de desenvolvimento setorial, especialmente nas áreas de transportes, comunicação, agricultura e pecuária, habitação, informática, ciência e tecnologia, educação e cultura, desenvolvimento mineral, energia, saúde, indústria e comércio e promoção social. Nº 1119

Sugere normas e princípios relativos ao sistema tributário, definições, finalidades e vedações; competência tributária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios; destinação de receitas; orçamento, fiscalização orçamentária e financeira e sistema financeiro. Nº 1393

CHAGAS DUARTE (PFL) — Sugere que quem isentos do Imposto de Renda os proventos de aposentadoria e as pensões previdenciárias. Nº 1877

CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB) — Sugere a não-incidência do Imposto de Renda sobre o rendimento do trabalho e sobre os proventos da aposentadoria; e menores alíquotas para o Imposto sobre Rendimentos do Trabalho (IRT). Nº 1878

Sugere que as decisões sobre a ordem econômica visem promover a justiça social e o desenvolvimento; que a intervenção do Estado na economia se processe de forma a preservar a livre iniciativa. Nº 1879

Sugere norma assegurando direitos ao autor nacional. Nº 1880

Sugere normas que assegurem direitos ao aposentado. Nº 1881

Sugere que a pena aplicada na punição de delitos seja de, no máximo, 25 anos de reclusão; que em caso de estupro a pena não seja

inferior a 15 anos, podendo chegar a 30 anos em casos de crime continuado. Nº 1882
Sugere que a assistência ao menor e à família seja dever do Estado. Nº 1883.

Sugere normas que disponham sobre o funcionamento e a organização dos Tribunais de Contas nas esferas federal, estadual e municipal, sobre a transformação dos atuais Conselhos de Contas dos Municípios em Tribunais de Contas. Nº 1884

CLÁUDIO ÁVILA (PFL) — Sugere fique assegurada o direito de voto a cabos e soldados das polícias militares. Nº 1667.

COSTA FERREIRA (PFL) — Sugere a garantia da inviolabilidade do domicílio do cidadão, salvo ordem emanada de autoridade judicial competente, e a proibição à ingerência de autoridade pública na correspondência e nas telecomunicações, exceto nos casos que a lei determinar. Nº 1394.

Sugere normas sobre a jornada de trabalho, adicional noturno, horas extras, férias, estabilidade, participação nos lucros e aposentadoria do trabalhador e do servidor público. Nº 1395. Sugere normas sobre o "habeas corpus". Nº 1396

Sugere sejam vedados: a pena de morte, a prisão perpétua, o banimento e o confisco, assegurando-se ao réu ampla defesa e, em caso de guerra externa, que se proceda segundo as normas internacionais. Nº 1397

Sugere disposição sobre o mandado de segurança. Nº 1398.

Sugere que ninguém seja obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei, sem prejuízo do direito adquirido, do ato jurídico perfeito ou da coisa julgada, e que não se exclua da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual. Nº 1399

Sugere normas e princípios sobre a família, sua proteção, constituição e dissolução. Nº 1400

Sugere que se assegure aos cidadãos brasileiros o direito de constituírem associações livremente. Nº 1401

Sugere que a reforma agrária seja implantada sem a eliminação dos latifúndios produtivos, e que seja criada a justiça agrária. Nº 1402

DASO COIMBRA (PMDB) — Sugere que se acrescente ao texto constitucional que "todo o poder emana de Deus e em seu nome, para o bem e proteção do povo, será exercido. Nº 1889.

DAVI ALVES SILVA (PDS) — Sugere norma que disponha sobre a partilha tributária; sobre a competência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para instituir e arrecadar impostos; sobre a distribuição de receitas pela União. Nº 1123

Sugere dispositivo relativo à Polícia Rodoviária Federal, subordinando-a ao Ministério da Justiça. Nº 1580

Sugere normas dispondendo sobre o Poder Executivo. Nº 1668

DENISAR ARNEIRO (PMDB) — Sugere que as eleições gerais no País sejam realizadas

de cinco em cinco anos, sempre a 15 de novembro, dando-se a posse dos eleitos no dia 2 de janeiro do ano seguinte. Nº 1581

Sugere que os proventos dos funcionários públicos aposentados sejam reajustados automaticamente na mesma proporção do aumento dos vencimentos dos funcionários em atividade. Nº 1669

Sugere que os Estados e Municípios fiquem proibidos de gastar mais de 60% (sessente por cento) de seu orçamento com pessoal; que as Administrações que se encontrem transgredindo esta norma regularizem sua situação dentro de prazo determinado; que seja proibida a efetivação de funcionários públicos e que novas admissões, por concurso ou não, sejam feitas apenas sob o regime da CLT. Nº 1890

Sugere que os municípios, cujas áreas territoriais sejam parcialmente inundadas em virtude de construção de usinas hidrelétricas ou que possuam mananciais explorados economicamente, façam jus ao recebimento de royalties calculados sobre o valor do faturamento bruto gerado pelas referidas explorações. Nº 1891

Sugere que fique assegurada ao município a posse de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das terras localizadas em seu território que pertençam à União e ao Estado. Nº 1892

Sugere que seja assegurado o livre funcionamento dos sindicatos e o direito de greve a todas as categorias de trabalhadores, inclusive as do setor público, vedado este direito às categorias de serviços essenciais. Nº 1893

Sugere que o Governo Federal preste total assistência à pessoa deficiente. Nº 1894

Sugere que as empresas privadas possam distribuir parte de seus lucros aos empregados, sob forma de gratificação, sem que essa distribuição acarrete para o empregado quaisquer ônus fiscais, trabalhistas ou previdenciários. Nº 1895

Sugere norma dispondendo sobre o uso da nota fiscal de venda ao consumidor. Nº 1896

Sugere que nenhum trabalhador seja aposentado com vencimentos inferiores ao salário mínimo. Nº 1897

DIONÍSIO DAL PRÁ (PFL) — Sugere que se assegure o direito de voto a todos os brasileiros, inclusive aos soldados e cabos das forças militares, maiores de dezoito anos, alistados na forma da lei, com exceção apenas dos que não saibam se exprimir na língua nacional e dos que estejam privados, temporária ou definitivamente, dos direitos políticos. Nº 1582

Sugere dispositivos sobre a assistência ao menor. Nº 1583

Sugere a equiparação do sistema de aposentadoria do trabalhador rural ao do trabalhador urbano, inclusive quanto à contagem e ao cumprimento do tempo de serviço exigido. Nº 1584

Sugere que a legislação previdenciária não faça discriminação entre o homem e a mulher e assegure aos cônjuges a condição de dependente um do outro para efeito de percepção

de pensão, mesmo que ambos sejam amparados por seguro social. Nº 1585

DOMINGOS LEONELLI (PMDB) — Sugere normas que disponham sobre a participação dos empregados de empresas públicas, de economia mista e concessionárias de serviços públicos, nos conselhos de administração e diretorias executivas destes estabelecimentos. Nº 1124

Sugere que as diretrizes educacionais obedçam a um princípio pluralista que contemple toda a diversidade étnica e cultural brasileira. Nº 1586

Sugere que a lei estabeleça a forma pela qual os eleitores possam destituir do cargo aquele que, no exercício do mandato, incorrer em desconfiança coletiva. Nº 1587

DORETO CAMPANARI (PMDB) — Sugere normas sobre provimento, remuneração, substituição e aposentadoria das serventias de foro judicial e das extrajudiciais. Nº 1588.

Sugere normas que disciplinem a proposta de emenda à Constituição. Nº 1589.

Sugere que todas as categorias profissionais do extinto Instituto de Assistência e Previdência dos Servidores do Estado (IPASE) passem a gozar dos benefícios que menciona. Nº 1888

EDIVALDO MOTTA (PMDB) — Sugere norma que conceda aos deficientes benefícios sociais e econômicos. Nº 1127

Sugere norma que disponha sobre o confisco de bens de pessoa física ou jurídica, em razão de enriquecimento ilícito na condução de bens, dinheiros ou valores públicos, pelos tribunais da União e dos Estados, pela Secretaria da Receita Federal e pela Justiça comum. Nº 1128

EDME TAVARES (PFL) — Sugere normas sobre discussão, votação e aprovação de proposta de emenda à Constituição. Nº 1403

Sugere que sejam assegurados aos povos indígenas, a título de direitos fundamentais, a posse da terra, bem como a sua demarcação, o usufruto exclusivo das riquezas naturais de seus territórios, o reconhecimento e respeito a suas organizações sociais e culturais, a plena cidadania e a participação na vida do País. Nº 1404

EDMILSON VALENTIM (PC do B) — Sugere a instituição de uma representação operária e camponesa, apartidária, no Poder Legislativo. Nº 1125

Sugere normas que assegurem a todos os trabalhadores proteção do trabalho e à liberdade de organização sindical. Nº 1126

Sugere disposições para a valorização do negro e medidas contra a discriminação racial. Nº 1405

EDUARDO BONFIM (PC do B) — Sugere norma assegurando a substituição do sistema presidencialista pelo sistema de governo de co-responsabilidade, com o pressuposto de reforma política do Congresso Nacional, tornando-o apto a assumir as responsabilidades de governar solidariamente com o Presidente da República. Nº 1034

Sugere normas e princípios sobre tributação e sobre distribuição da arrecadação. Nº 1406

EDUARDO JORGE (PT) — Sugere norma que estabeleça nova estruturação para o sistema de seguridade social. Nº 1129

Sugere norma que disponha sobre: a terra, a propriedade, a moradia e o solo urbano, os direitos dos trabalhadores, os transportes, a saúde, o menor e a educação. Nº 1130

ERICO PEGORARO (PFL) — Sugere que o Estado assegure à família condições para o desempenho de todas as suas funções sociais, bem como o direito de planejar livremente o número de filhos. Nº 1131

Sugere norma que assegure aos trabalhadores a incorporação ao salário dos ganhos de produtividade e sua participação nos lucros ou no faturamento das empresas. Nº 1132

Sugere norma assegurando o direito à propriedade privada, à herança e à liberdade de empresa, segundo o princípio da economia de mercado. Nº 1133

Sugere norma instituindo o sistema parlamentar de governo. Nº 1134

Sugere norma fixando os preços mínimos dos produtos agropecuários com base no custo efetivo da produção, acrescido das despesas de transporte e da margem de 30% de lucro do produtor. Nº 1135

Sugere que seja competência do Estado estimular o cooperativismo. Nº 1136

Sugere normas que assegurem à liberdade de iniciativa privada sua preferência na organização e exploração da atividade econômica, cabendo ao Estado proteger as empresas nacionais, reprimir o abuso do poder econômico e participar do setor econômico em caráter supletivo, nos casos que especifica. Nº 1137

Sugere normas sobre o direito de adoção. Nº 1407

Sugere que os recursos públicos destinados ao ensino sejam aplicados, prioritariamente, no ensino fundamental obrigatório e no pré-escolar. Nº 1408

Sugere disposições atinentes aos problemas dos deficientes físicos e mentais. Nº 1409

Sugere que seja da competência do Senado Federal autorizar, por voto secreto, a criação de representação diplomática permanente. Nº 1410

Sugere que caiba ao Estado assegurar, além do ensino básico obrigatório e gratuito, o ensino dos rudimentos de botânica, zoologia e tratos do solo, e de conhecimentos gerais sobre agricultura e agropecuária. Nº 1411

Sugere que se vede a veiculação de propaganda de bebidas alcoólicas e de cigarros em qualquer meio de comunicação. Nº 1412

Sugere que seja assegurado o direito à percepção integral da remuneração ao servidor civil ou militar candidato a cargo eletivo federal, estadual ou municipal. Nº 1413

Sugere que se assegure suplementação alimentar, além da fornecida na escola, às crianças oriundas de famílias que percebam menos de três salários mínimos. Nº 1414

Sugere que seja competência dos Estados a criação e organização dos municípios. Nº 1415

Sugere que a Constituição assegure pensão aos dependentes do segurado da Previdência Social e ao cônjuge sobrevivente. Nº 1416

Sugere proteção especial do Estado às famílias de baixa renda, conforme estabelece. Nº 1417

Sugere que os pais ou responsáveis por menores que não freqüentem escolas não incorram nas sanções previstas em lei. Nº 1418

Sugere que seja assegurado ao menor, em situação irregular, um lar substitutivo, nas condições que estabelece. Nº 1670

IVALDO GONÇALVES (PFL) — Sugere preceito segundo o qual a usura deva ser punida, em todas as suas modalidades, nos termos em que a lei determinar. Nº 1419

Sugere que a União destine anualmente quantia nunca inferior a 5% de sua renda tributária para atendimento a problemas da região Nordeste do País. Nº 1420

Sugere normas sobre a aplicação dos recursos destinados à União, aos Estados, ao Distrito federal, aos Territórios e aos municípios, bem como sobre a participação percentual dessas unidades no total dos tributos arrecadados pela União. Nº 1421

Sugere a inviolabilidade dos Deputados e Senadores no exercício do seu mandato por suas opiniões, palavras e votos, estendendo-se idêntico princípio aos membros das Assembleias Legislativas e das Câmaras Municipais. Nº 1422

Sugere a criação de estabelecimentos de crédito especializados, com vistas ao amparo e ao desenvolvimento da agricultura e da pecuária nas regiões subdesenvolvidas do País. Nº 1423

Sugere que nenhum tributo incida diretamente sobre os direitos do autor, nem sobre a remuneração auferida através da produção intelectual, artística e cultural. Nº 1424

Sugere que seja vedada a acumulação de quaisquer cargos, com exceção de determinadas profissões, desde que haja correlação de matéria e compatibilidade de horário. Nº 1425

Sugere normas sobre inelegibilidade. Nº 1426

Sugere normas sobre eleição, substituição e vacância, relativas aos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, e dá outras providências. Nº 1427

Sugere que o Vice-Presidente da República, eleito por escrutínio direto e secreto, exerça as funções de Presidente do Senado Federal. Nº 1428

Sugere a inclusão, entre as atribuições do Congresso Nacional, da aprovação dos nomes que deverão constituir o Ministério do Poder Executivo. Nº 1429

Sugere a extensão aos deputados estaduais e vereadores da imunidade parlamentar conferida aos membros do Congresso Nacional. Nº 1430

EXPEDITO JÚNIOR (PMDB) — Sugere que os recursos arrecadados do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto de

Renda contemplem os fundos de participação dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios. Nº 1138

Sugere norma estabelecendo a aplicação de 5% do Orçamento da União na execução dos planos de desenvolvimento da região amazônica. Nº 1139

FELIPE MENDES (PDS) — Sugere que o Presidente do Banco Central seja nomeado pelo Presidente da República para um mandato de 4 anos, e que essa nomeação seja aprovada pelo Congresso Nacional. Nº 1481

FERES NADER (PDT) — Sugere que os ex-Mandatários dos Poderes Executivos federal, estadual e municipal sejam membros honorários e vitalícios dos poderes Legislativos correspondentes. Nº 1140

Sugere norma assegurando aos aposentados proventos e reajustes iguais aos dos trabalhadores em atividade. Nº 1141

Sugere que sejam asseguradas aos membros das Assembleias Legislativas e das Câmaras Municipais a inviolabilidade e a imunidade nos mesmos termos em que estas são conferidas aos membros do Congresso Nacional. Nº 1482

FERNANDO GASPARIAN (PMDB) — Sugere que os partidos políticos sejam obrigados a prestar, publicamente, contas da procedência de seus recursos. Nº 1671

Sugere que seja assegurada a igualdade de oportunidades aos partidos políticos. Nº 1672

Sugere que seja assegurado aos partidos políticos o direito ao ressarcimento dos custos da campanha eleitoral, nos termos definidos em lei. Nº 1673

Sugere sejam assegurados aos menores abandonados condições de desenvolvimento físico e espiritual necessárias à sua integração na sociedade. Nº 1674

Sugere que seja vedada a acumulação de cargos ou de remuneração de qualquer natureza a funcionários públicos, civis e militares, da administração direta e indireta. Nº 1675

Sugere que seja direito natural e obrigação primordial dos pais assistir e educar os filhos. Nº 1676

Sugere que seja facilitado aos casais o acesso aos meios científicos para evitar a gravidez. Nº 1677

FERNANDO GOMES (PMDB) — Sugere a criação do Estado de Santa Cruz por desmembramento do Estado da Bahia, abrangendo os Municípios que enumera. Nº 1142

Sugere norma dispondo que a eleição do governador e do vice-governador de Estado e dos prefeitos municipais, para exercer mandato de quatro anos, realize-se no dia 1º de novembro e a posse no dia 31 de dezembro. Nº 1483

FIRMO DE CASTRO (PMDB) — Sugere norma estabelecendo que a política econômica brasileira obedeça aos princípios que enumera. Nº 1491

Sugere que, na elaboração dos planos nacionais e regionais de desenvolvimento, sejam fixados um orçamento anual e um plurianual de dispêndios, nas condições que especifica. Nº 1492

Sugere a organização de uma comissão mista de Deputados Federais e Senadores, em caráter permanente, para proceder à fiscalização financeira e orçamentária das contas da União e do Presidente da República, como estabelece. Nº 1493

FLORICENO PAIXÃO (PDT) — sugere norma que estabeleça a contribuição da União para os encargos de manutenção dos programas de seguridade social. Nº 1035

Sugere norma que assegure a equivalência dos proventos dos aposentados e pensionistas ao salário que recebiam quando em atividade. Nº 1036

Sugere norma estabelecendo a insusceptibilidade de penhora de propriedade rural até o limite de 100 hectares e determina outras providências. Nº 1037

Sugere norma que obrigue a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a destinar, anualmente, 5% (cinco por cento) da renda dos respectivos impostos à construção de moradias para a população de baixa renda. Nº 1038

Sugere norma assegurando a aplicação de 13% (treze por cento) da renda dos impostos arrecadados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios na manutenção e no desenvolvimento da saúde pública. Nº 1039

Sugere que não seja limitado por lei o número de dissoluções matrimoniais. Nº 1040

Sugere norma que assegure a correção automática, a cada reajuste salarial dos trabalhadores, dos benefícios pagos pela Previdência Social. Nº 1041

Sugere norma sobre a composição dos órgãos de direção das instituições de seguridade social. Nº 1042

FRANCISCO AMARAL (PMDB) — Sugere princípios sobre a livre associação sindical ou profissional de todas as categorias de trabalhadores, inclusive a dos servidores públicos. Nº 1590

Sugere normas sobre a aposentadoria do funcionário público. Nº 1591

Sugere fiquem assegurados os direitos dos membros do ministério público que exerçam advocacia privada na data da publicação da Constituição. Nº 1592

Sugere normas sobre o salário mínimo do trabalhador. Nº 1593

Sugere que a aposentadoria compulsória, aos setenta anos de idade, seja remunerada com proventos integrais, no serviço público ou na atividade privada. Nº 1594

Sugere que a Constituição assegure ao trabalhador, além de outros direitos, a isonomia de salário para trabalho igual, sem distinções de sexo, idade, nacionalidade, cor ou estado civil. Nº 1596

Sugere jornada semanal de trabalho de 40 (quarenta) horas e duração diária não superior

a 8 (oito) horas, com intervalo para descanso. Nº 1597

Sugere mandato de cinco anos para o atual Presidente da República, contado a partir da posse. Nº 1598

Sugere normas relativas à desapropriação de terras, indenização e reassentamento. Nº 1599

FRANCISCO CARNEIRO (PMDB) — Sugere norma que assegure estabilidade ao trabalhador e indenização ou fundo de garantia equivalente, ao ser despedido. Nº 1143

Sugere norma que responsabilize a União, os Estados e os Municípios pela proteção do menor abandonado e que seja considerado crime inafiançável, de responsabilidade civil e penal, o abandono de filhos menores. Nº 1144

Sugere que seja vedado ao Poder Executivo utilizar recursos do orçamento fiscal para cobrir déficits de empresas estatais. Nº 1274

FRANCISCO DORNELLES (PFL) — Sugere norma propondo eleições em dois turnos para os cargos executivos federal, estadual e municipal. Nº 1484

FRANCISCO KÜSTER (PMDB) — Sugere direitos a serem assegurados aos trabalhadores, pela Constituição, sem distinção entre categorias ou tipos de trabalho. Nº 1595

FRANCISCO PINTO (PMDB) — Sugere normas sobre o acesso aos cargos da magistratura. Nº 1100

FRANCISCO ROLLEMBERG (PMDB) — Sugere competência ao Congresso Nacional para acompanhar a elaboração da proposta orçamentária da União junto aos órgãos do Poder Executivo. Nº 1145

Sugere norma sobre política rural descentralizada e que atribua competências diferenciadas à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para a sua execução. Nº 1146

Sugere norma atribuindo ao Poder Executivo competência para elaborar o orçamento-programa com a participação das comunidades civis, conforme estabelece a lei. Nº 1147

Sugere norma estabelecendo que o regime da Consolidação das Leis do Trabalho seja aplicado aos servidores contratados para serviços de caráter temporário, ou para função de natureza técnica especializada. Nº 1148

Sugere norma atribuindo à União competência para executar a descentralização administrativa nos Estados e a criação de regiões administrativas. Nº 1149

Sugere norma que atribua ao município competência privativa para instituir impostos sobre bens imóveis, veículos automotores, atividades industriais e comerciais, e prestação de serviço de qualquer natureza exercido em seu território. Nº 1151

Sugere que a União, os Estados e os Municípios promovam a desapropriação de propriedade rural inexplorada, para fins de reforma agrária. Nº 1152

Sugere que seja mantido o sistema presidencialista de Governo. Nº 1153

Sugere norma delimitando a competência concorrente das pessoas jurídicas de direito público, cabendo à União disciplinar as diretrizes básicas dos serviços federais exclusivos, e aos Estados e Municípios a competência concorrente, nos termos da Constituição estadual e da Lei Orgânica dos Municípios. Nº 1154

FURTADO LEITE (PFL) — Sugere norma assegurando o direito de greve, a liberdade de associação profissional ou sindical, e determinando que o salário família fique estipulado em 15% (quinze por cento) do salário mínimo. Nº 1485

Sugere norma dispendo sobre o exercício do Poder Executivo pelo Presidente da República e pelo Conselho de Ministros, no Sistema Parlamentar de Governo. Nº 1486

Sugere norma estabelecendo que o Poder Legislativo seja exercido pelo Congresso Nacional. Nº 1487

Sugere que o ensino de 1º e 2º grau seja gratuito e que o ensino superior seja pago, mesmo nos estabelecimentos oficiais. Nº 1488

Sugere norma dispendo sobre os prazos de desincompatibilização de militares candidatos a cargos eletivos. Nº 1489

Sugere norma alterando a denominação de "Polícia Militar" para "Polícia Estadual". Nº 1490

Sugere normas que disponham sobre a duração dos mandatos dos titulares de cargos dos executivos federal, estadual e municipal. Nº 1898

Sugere a instituição da pena de morte para os casos de seqüestro, de estupro de menores e de deficientes físicos, seguidos de morte. Nº 1899

Sugere normas sobre a competência do Tribunal de Contas da União para fiscalizar a aplicação dos fundos pelas prefeituras municipais. Nº 1900

Sugere que o Congresso Nacional conheça do veto presidencial e sobre ele aprecie em votação da maioria absoluta dos membros de cada uma das Casas. Nº 1901

Sugere que os estrangeiros casados com brasileiros e que tenham filhos nascidos no Brasil possam se naturalizar e ocupar qualquer cargo privativo de brasileiros natos. Nº 1902

Sugere que a União distribua 50% do produto da arrecadação tributária e das rendas das loterias esportiva, federal e de números, na forma que especifica. Nº 1903

GABRIEL GUERREIRO (PMDB) — Sugere norma que assegure a participação da União e do superflúo no resultado das riquezas provenientes da exploração do subsolo. Nº 1494

Sugere norma que disponha sobre a competência da União para instituir impostos sobre a extração, circulação, distribuição e consumo dos bens minerais do subsolo brasileiro. Nº 1495

Sugere que União fique proibida de isentar ou de reter a qualquer pretexto, tributos que por lei pertençam aos Estados ou Municípios. Nº 1496

GASTONE RIGI (PTB) — Sugere que todos tenham direito à saúde, cabendo a opção pelo sistema de atendimento público ou privado; que o sistema nacional de saúde tenha como órgão superior o Conselho Nacional de Saúde, cuja competência estabelece; e dá outras providências. Nº 1904

Sugere que os Ministros de Estado, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e os Membros do Congresso Nacional tenham os mesmos vencimentos e vantagens, não podendo exceder aos percebidos pelo Presidente da República. Nº 1905

Sugere que nenhum funcionário, diretor ou empregado da administração pública, direta ou indireta, empresa estatal ou sociedade de economia mista tenha remuneração ou vantagens superiores às percebidas, respectivamente, na área municipal, pelo Prefeito; na área estadual, pelos Secretários de Estado e, na área federal, pelos Ministros de Estados. Nº 1906

Sugere que a admissão de funcionários ou empregados na administração pública, direta ou indireta, sob qualquer título ou regime de contratação, somente possa ser feita mediante concurso público. Nº 1907

Sugere que sejam anistiados, para fins de aposentadoria ou reforma, os servidores civis, militares e autárquicos, nos casos e condições que especifica. Nº 1908

GEOVANI BORGES (PFL) — Sugere a criação de assembleias legislativas no Distrito Federal e nos territórios. Nº 1155

Sugere a atribuição de competência ao município para instituir impostos sobre a propriedade, sobre serviços de qualquer natureza e sobre a extração de minérios em seu território. Nº 1156

Sugere a atribuição de competência ao município para legislar supletivamente sobre a desapropriação, jazidas, minas e outros recursos minerais; florestas, caça e pesca; serviços de saúde local, trânsito e tráfego em seu território. Nº 1157

Sugere norma que fixe o número mínimo de vereadores. Nº 1158

Sugere norma assegurando o direito de voto aos brasileiros maiores de dezessete anos, à data da eleição. Nº 1159

Sugere que se estenda aos vereadores as prerrogativas concedidas aos deputados estaduais e federais. Nº 1160

Sugere norma assegurando a inclusão do município na composição da federação. Nº 1161

Sugere norma assegurando aos territórios o direito de possuir seus próprios símbolos. Nº 1162

Sugere que pertença ao município o produto da arrecadação do imposto sobre minerais extraídos em seu território. Nº 1163

Sugere norma que atribua competência ao Distrito Federal e aos territórios para celebrar convênios para a execução de suas obras e serviços. Nº 1164

Sugere norma que assegure às organizações representativas da sociedade, o direito de iniciativa de leis. Nº 1165

Sugere a instituição do direito de associação dos municípios para a realização de serviços comuns. Nº 1503

GERALDO ALCKMIN (PMDB) — Sugere sejam estáveis os servidores públicos que à data da promulgação da Constituição contêm 5 (cinco) anos de serviço público. Nº 1497

Sugere que os cargos de ministro e conselheiro dos tribunais de contas da União e estaduais sejam providos mediante concurso público de provas e títulos. Nº 1498

Sugere norma estabelecendo a equivalência entre os proventos da aposentadoria e os salários da atividade. Nº 1499

Sugere que a lei disponha sobre a participação colegiada e paritária de representantes da União, dos segurados e das empresas, nos órgãos de administração das entidades de previdência e assistência social. Nº 1500

GERSON MARCONDES (PMDB) — Sugere seja fixado em 2 salários mínimos o valor do menor benefício de prestação continuada, pago pela previdência social. Nº 1166

GERSON PERES (PDS) — Sugere que a União destine três por cento da receita tributária para o desenvolvimento sócio-econômico da Amazônia. Nº 1501

Sugere que seja imprescritível a pena de morte a que se sujeitarão aqueles que atentarem contra a liberdade, implantando a ditadura no Brasil. Nº 1502

GILSON MACHADO (PFL) — Sugere norma que atribua competência à União para promover a desapropriação de área territorial rural improdutiva mediante justa indenização em títulos especiais da dívida pública com cláusula de atualização. Nº 1504

Sugere norma que disponha sobre a responsabilidade administrativa, civil e criminal dos administradores públicos na condução de bens ou materiais da União, dos Estados e dos Municípios. Nº 1505

Sugere norma que assegure o direito de propriedade, ressalvados os casos que especifica. Nº 1506

Sugere que o provimento de cargos da classe inicial das carreiras do magistério, em qualquer nível, dependa sempre de concurso público de provas e títulos. Nº 1507

Sugere norma que disponha sobre a aposentadoria voluntária do servidor público, aos 60 anos para os homens e aos 55 anos para as mulheres. Nº 1508

Sugere que o Presidente da República e os governadores dos Estados não possam candidatar-se a nenhum cargo eletivo, federal, estadual, ou municipal no período do mandato e no subsequente. Nº 1509

Sugere norma que estabeleça como competência privativa do Senado Federal a fixação dos limites globais do montante da dívida consolidada dos Estados e dos Municípios. Nº 1510

Sugere norma que disponha sobre a autorização para a prática dos jogos de azar nos locais e nas condições que especifica. Nº 1511

Sugere que o Estado ofereça serviços de informação e adote providências necessárias ao exercício do planejamento familiar aos casais que o desejarem. Nº 1512

Sugere que a União estabeleça e execute planos plurianuais de desenvolvimento para a região Nordeste e que neles aplique, anualmente, quantia nunca inferior a 35% da receita tributária. Nº 1513

Sugere que seja assegurada ao proprietário do solo a preferência na exploração e aproveitamento das jazidas minerais e demais recursos minerais. Nº 1514

Sugere norma que disponha sobre a obrigatoriedade de concurso público para ingresso no serviço público. Nº 1515

Sugere que a alteração das alíquotas das contribuições para o custeio da previdência social seja proposta através de projeto de lei a ser submetido ao exame do Poder Legislativo. Nº 1516

Sugere norma que disponha sobre os proventos de inatividade dos militares. Nº 1517

Sugere norma que assegure à trabalhadora, antes e depois do parto, o direito ao repouso remunerado e à estabilidade no emprego. Nº 1518

Sugere norma que institua, no serviço público, a promoção mediante concurso interno. Nº 1519

Sugere norma que disponha sobre a proibição de alistamento eleitoral para os analfabetos. Nº 1520

Sugere norma que estabeleça prazo para o repasse aos municípios da parcela da receita tributária, recolhida pelos Estados. Nº 1521

Sugere norma que disponha sobre a destinação de 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias ao Estado produtor e 50% ao Estado consumidor. Nº 1522

Sugere norma que disponha sobre a prisão civil no caso de lesão ao patrimônio público, de inadimplemento de obrigação alimentar e do depositário infiel. Nº 1523

Sugere norma que disponha sobre a aplicação da pena de morte e da prisão perpétua nos casos de homicídio doloso ou estupro seguido de morte, quando o agente houver reincidido nestes delitos, por três vezes. Nº 1524

GOMZAGA PATRIOTA (PMDB) — Sugere norma que crie auditorias populares fiscalizadoras dos serviços públicos e das atividades essenciais. Nº 1043

Sugere norma que assegure anistia ampla, geral e irrestrita com garantias de reversão aos quadros civis e militares, inclusive dos remanescentes do chamado "o petróleo é nosso"; acesso à promoção, efetivação e reintegração; vencimentos e vantagens dos atrasados e indenização às famílias dos falecidos ou desaparecidos. Nº 1046

Sugere que os Poderes Executivo e Legislativo possam promover plebiscito sobre projetos em tramitação e matérias legislativas sancionadas ou vetadas; e que as emendas à Constituição Federal, às Constituições Estaduais ou Municipais só em vigor após referendium popular. Nº 1047

Sugere não seja excluída da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão a direito individual ou a interesses coletivos. Nº 1048

Sugere que, com as mesmas garantias conferidas ao Ministério Público, qualquer cidadão seja parte legítima para propor ação popular contra ato lesivo ao patrimônio público e à moralidade administrativa. Nº 1049

Sugere concurso público para o preenchimento dos cargos de ministro de estado e de conselheiro dos tribunais de contas federal, estaduais e municipais. Nº 1050

Sugere a criação, pelos Estados, de tribunais de contas regionais, para a fiscalização financeira e orçamentária dos Municípios. Nº 1501

Sugere que cada esfera de governo estabeleça o limite para as despesas com pessoal, de acordo com suas peculiaridades e dentro de sua capacidade arrecadadora. Nº 1052

Sugere norma proibindo a acumulação de cargos e funções públicas, exceto um de juiz com um de professor e um de professor com outro cargo técnico ou científico. Nº 1053

Sugere que a primeira investidura em cargo público dependa de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos. Nº 1054

Sugere norma que assegure aos funcionários dos Poderes Legislativo e Judiciário os mesmos aumentos concedidos aos do Poder Executivo. Nº 1055

Sugere norma sobre a disponibilidade remunerada do funcionário estável. Nº 1056

Sugere a revisão dos proventos da inatividade em bases idênticas aos vencimentos dos funcionários em atividade, e à mesma época. Nº 1057

Sugere normas que vedem ao vereador ocupar cargo em comissão, de caráter administrativo, ou aceitar cargo ou função na administração direta ou indireta municipal, salvo mediante concurso público. Nº 1058

Sugere seja o preâmbulo da nova Constituição: "Todo poder emana do povo e é exercido em seu nome, sem prejuízo dos mecanismos do exercício direto do poder, previstos na Constituição". Nº 1059

Sugere a inalienabilidade de bens públicos da União, dos Estados e dos Municípios e de outras pessoas públicas, observadas as condições legais. Nº 1167

Sugere normas dispostas sobre a reforma tributária, propondo a competência privativa dos Municípios para criar impostos sobre os fatos geradores que enumera. Nº 1168

Sugere que a União, os Estados e Municípios possam promover desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, sob as condições que especifica. Nº 1169

Sugere que sejam assegurados aos trabalhadores, além de outros, os direitos que visem à melhoria de sua condição social. Nº 1170

Sugere aposentadoria aos 30 anos de serviço para o homem e aos 25 para a mulher com vencimentos integrais. Nº 1171

Sugere que se aplique a legislação trabalhista aos servidores admitidos temporariamente para obras ou contratados para funções de natureza técnica. Nº 1172

Sugere que a admissão de servidores nos Tribunais Federais e Estaduais, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais somente se faça através de concurso público. Nº 1173

Sugere que as condições para provimento de cargos, estabilidade, disponibilidade e aposentadoria de servidores públicos sejam as constantes na Constituição. Nº 1174

Sugere que a demissão de funcionário público, estável ou não, somente seja possível mediante sentença judicial ou processo administrativo, no qual lhe seja assegurada ampla defesa. Nº 1175

Sugere que todos tenham direito à vida, à existência digna, à integridade física e mental, à preservação da honra, reputação e imagem pública; que a tortura constitua crime inafiançável e insuscetível de anistia e de prescrição; que sejam afastados dos cargos públicos todos os civis e militares envolvidos com a prática de tortura, assassinato e desaparecimento de presos políticos; que sejam extintos os organismos de repressão política e que seus espaços físicos e arquivos secretos sejam abertos ao público; que seja extinta toda estrutura de espionagem e revogada a Lei de Segurança Nacional. Nº 1909

GUSTAVO DE FARIA (PMDB) — Sugere norma que assegure imunidade parlamentar aos Deputados Federais, Senadores, Deputados Estaduais e Vereadores.

Sugere norma determinando que as eleições para os cargos dos Poderes Executivo federal, estadual e municipal sejam realizadas sempre a 3 de outubro e a posse se dê no dia 1º de janeiro do ano subsequente. Nº 1527

Sugere sejam dedutíveis do Imposto de Renda de pessoa física os pagamentos efetuados a empregados domésticos, desde que estes percebam pelo menos um salário mínimo mensal, com carteira de trabalho assinada e recolhimento previdenciário. Nº 1528

Sugere a concessão de licença à trabalhadora gestante, com vencimentos e vantagens, pelo prazo de 4 (quatro) meses, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, no caso de aleitamento. Nº 1529

HAROLDO LIMA (PC do B) — Sugere norma que assegure a todos os brasileiros direitos políticos e garantias individuais, conforme específica. Nº 1530

Sugere normas que assegurem o direito de sufrágio a todos os brasileiros maiores de 18 anos, com capacidade civil, inclusive aos analfabetos, soldados, cabos e marinheiros; assegurem a indivíduos e associações civis o direito de ação popular; disponham sobre a tortura como crime contra a humanidade, inafiançável, imprescritível e não passível de anistia. Nº 1531.

HÉLIO ROSAS (PMDB) — Sugere que o Imposto sobre circulação de Mercadorias (ICM) seja seletivo em função da essencialidade dos produtos. Nº 1532

Sugere norma assegurando a estabilidade no emprego aos atuais servidores da União, dos Estados e dos Municípios, da administração centralizada ou autárquica que, à data da promulgação da Constituição, contem cinco anos de serviço. Nº 1533

Sugere norma atribuindo competência à União, e, cumulativamente, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Territórios e aos Municípios para inventariar, classificar, conservar, proteger, restaurar e revitalizar os bens culturais. Nº 1534

Sugere dispositivo que assegure o direito de voto aos cabos e soldados das Polícias Militares. Nº 1535

Sugere que a admissão de servidores públicos somente se faça mediante concurso público, e que seja punida, na forma da lei, a autoridade que infringir tal norma. Nº 1678

HOMERO SANTOS (PFL) — Sugere norma que estabeleça o limite mínimo de 62 (sessenta e dois) e o máximo de 65 (sessenta e cinco) anos de idade para fins de aposentadoria. Nº 1044

Sugere sejam extintos os processos instaurados contra os sindicalistas com base na lei de greve. Nº 1045

Sugere normas relativas á organização das Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, com base na hierarquia e disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e demais disposições que enumera. Nº 1060

Sugere que os proventos do aposentado da União, dos Estados ou dos Municípios não sejam inferiores ao total dos vencimentos e vantagens da remuneração do respectivo cargo na ativa, inclusive quanto a inovações introduzidas por legislação posterior. Nº 1061

Sugere seja monopólio da União a pesquisa, a lavra, o refino, o processamento, o transporte marítimo e em dutos, do petróleo e do gás natural, em território nacional. Nº 1062

Sugere seja competência da União promover a desapropriação de áreas rurais, para fins de reforma agrária e atividades de interesse social, nas condições que estabelece. Nº 1063

Sugere normas dispondo sobre a igualdade do homem e da mulher no que diz respeito à sociedade conjugal, ao pátrio poder, ao registro de filhos e aos bens do casal. Nº 1910

Sugere que seja assegurada a igualdade de direitos entre o trabalhador urbano e o rural. Nº 1911

Sugere norma que assegure a todos os cidadãos o direito à saúde, à habitação, ao planejamento familiar e demais disposições que estabelece. Nº 1912

Sugere que seja assegurada a assistência à maternidade, à infância, à adolescência, aos idosos e aos deficientes; que seja dever do Estado a criação de uma rede nacional de assistência materno-infantil e de uma rede nacional de creches; que seja assegurado aos órfãos e menores abandonados o direito à proteção do Estado. Nº 1913

Sugere que seja considerada como atividade econômica, para efeito de aposentadoria, aquela realizada no lar, que seja obrigatório o recolhimento de contribuição previdenciária para que se produza o direito à aposentadoria e ao atendimento previdenciário. Nº 1914

Sugere que o Estado seja obrigado a organizar e manter o sistema de previdência e assistência social, assegurando assistência médico-psicológica à mulher vítima de violências sexuais. Nº 1915

Sugere normas de proteção e assistência aos presidiários, nas condições que especifica. Nº 1916

INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL) — Sugere que caiba ao poder público a instituição de um sistema de controle das doenças imuno-transmissíveis, através de programas permanentes de vacinação. Nº 1679

Sugere que o INAMPS e a CEME sejam unificados, ficando sobre a jurisdição do Ministério da Saúde. Nº 1680

Sugere que lei complementar determine o princípio da não-incidência do Imposto de Renda sobre os proventos da aposentadoria. Nº 1681

Sugere que a pensão por morte do trabalhador rural não seja inferior a 80% do salário mínimo. Nº 1682

Sugere norma que disponha sobre a obrigatoriedade de divulgação, nos jornais de maior circulação no País, dos resultados de provas de seleção para ingresso no serviço público civil. Nº 1683

Sugere normas sobre a retirada de hipófises de cadáveres. Nº 1684

Sugere norma que assegure aos empregados em estabelecimentos de crédito aposentadoria com salário integral aos 25 (vinte e cinco) anos de trabalho. Nº 1685

Sugere que a indicação do grupo sanguíneo e do fator RH conste obrigatoriamente do documento de identidade. Nº 1686

Sugere que a autorização para o funcionamento de hospitais, de casas de saúde e de estabelecimentos congêneres, públicos ou privados, fique condicionada à comprovação da existência, no local, de grupo gerador de energia elétrica de emergência. Nº 1687

Sugere que lei federal especial regule a comercialização de substâncias psicotrópicas, na forma que estabelece. Nº 1688

Sugere norma que assegure aos servidores admitidos sob o regime da legislação trabalhista a percepção de gratificação adicional por tempo de serviço. Nº 1689

Sugere que as indústrias estrangeiras ligadas ao setor farmacêutico fiquem obrigadas a cumprir as normas que enumera. Nº 1690

Sugere que caiba ao município a responsabilidade de ensino de 1º grau nas áreas rurais; que caiba ao Estado e, em caráter supletivo, à União, todos os encargos e serviços do ensino de 1º e 2º graus nas redes municipais. Nº 1691

Sugere seja proibida a remessa para o exterior de lucros ou de rendimentos derivados de investimentos fiscais nos setores que enumera. Nº 1692

Sugere que sejam deduzidos do Imposto de Renda no mínimo 50% das despesas efetivamente realizadas com aluguel residencial Nº 1693

Sugere que seja deduzido do Imposto de Renda o valor correspondente a 5 (cinco) salários mínimos, referente a despesas com remédios, óculos e similares. Nº 1694

Sugere que a transfusão de sangue seja disciplinada por lei especial, que estabelecerá, entre outras exigências, a obrigatoriedade de tes-

tes que detectem moléstias infecciosas. Nº 1695

Sugere norma que estabeleça a obrigatoriedade de os cartórios eleitorais manterem serviço fotográfico para atendimento gratuito ao alistamento de eleitores, correndo a despesa por conta do fundo partidário. Nº 1696

Sugere que a aprovação dos projetos de pesca, de turismo e de reflorestamento, localizados no Nordeste e na Amazônia, e a autorização para a liberação dos recursos destinados a esses projetos caibam à Sudene e à Sudam. Nº 1697

Sugere que sejam gratuitos o registro e a certidão de nascimento. Nº 1698

Sugere que sejam gratuitos a emissão de carteiras de saúde e o fornecimento de atestados médicos para os trabalhadores. Nº 1699

Sugere que os sistemas de saneamento básico dos centros urbanos incluam, obrigatoriamente, os serviços de ligação dos prédios urbanos à rede de água e esgoto sanitário, conforme específica. Nº 1700

Sugere que seja obrigatória a apresentação de carteira nacional de vacinação para fins de matrícula nos estabelecimentos de ensino público e privado de qualquer grau. Nº 1701

Sugere que seja assegurado à Região Nordeste crédito agrícola nunca inferior a 20% (vinte por cento) do total estabelecido para o restante do País. Nº 1702

Sugere norma que assegure a abertura, pelo poder público, de uma linha de crédito especial para o fortalecimento das micro e pequenas empresas nordestinas. Nº 1703

Sugere norma que assegure à Região Nordeste um mínimo de 30% (trinta por cento) dos recursos arrecadados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND). Nº 1704

Sugere que a União repasse à Região Nordeste recursos nunca inferiores a 30% (trinta por cento) de cada fundo especial instituído em caráter nacional, com a finalidade de assistência social. Nº 1705

Sugere o estabelecimento, pelo poder público, de uma política de incentivos fiscais para o Nordeste. Nº 1706

Sugere que o alistamento eleitoral seja feito sem a interferência dos partidos políticos. Nº 1707

IRAM SARAIVA (PMDB) — Sugere normas dispondo sobre a criação do Estado de Tocantins. Nº 1064

IRMA PASSONI (PT) — Sugere normas dispondo sobre a reforma agrária, em condições e situações que enumera; a obrigação social do imóvel rural, sobre módulos regionais de exploração agrícola; sua forma de domínio e posse; indenização de imóvel desapropriado; resgate de títulos da dívida agrária; declaração de interesse social; acesso do trabalhador à

propriedade da terra; terras públicas; pessoas estrangeiras possuidoras de terras nacionais; sobre a penhora; sobre a contribuição de melhoria incidente sobre imóvel rural; e demais disposições transitórias. Nº 1176

Sugere normas sobre as minas, jazidas e demais recursos minerais. Nº 1177

Sugere normas reguladoras da prestação ou concessão de exploração do serviço de transporte urbano coletivo. Nº 1178

Sugere normas que disponham sobre a função social do solo urbano; que assegurem a todos os cidadãos melhor qualidade de vida, garantindo-lhes habitação, transporte, educação, saúde, lazer, trabalho, segurança e equilíbrio ambiental. Nº 1179

Sugere normas sobre os meios de comunicação social, dispondo que a criação de empresas jornalísticas e a publicação de jornais e periódicos independa de autorização do Poder Público. Nº 1180

Sugere que a tarefa realizada no recesso do lar seja considerada atividade econômica. Nº 1181

Sugere que o partido político registre, juntamente com seus candidatos, suas propostas de governo, assinalando aquelas que terão caráter de mandato imperativo. Nº 1182

IVO MAINARDI (PMDB) — Sugere que o Ministério Público tenha o mesmo regime jurídico, a mesma remuneração, os mesmos impedimentos e as mesmas garantias da magistratura. Nº 1536

IVO WANDERLINDE (PMDB) — Sugere normas sobre o regime jurídico dos funcionários públicos civis. Nº 1183

Sugere normas sobre a preservação do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida de todo cidadão brasileiro. Nº 1184

Sugere norma instituindo o sistema parlamentar de Governo. Nº 1537

Sugere norma, determinando que a jornada de trabalho seja de 8 horas diárias, permitidas horas extras em caráter excepcional, e proibindo demissão sem justa causa. Nº 1538

Sugere normas, assegurando igualdade de direitos no exercício da cidadania a homens e mulheres, revogando dispositivos legais de discriminação de sexo, estado civil, nascimento, raça, cor, tipo de trabalho, religião, orientação sexual, convicções políticas, ou filosóficas, deficiência física ou mental. Nº 1540

Sugere seja vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir imposto sobre o ato cooperativo. Nº 1541

JACY SCANAGATTA (PFL) — Sugere que o Executivo privilegie o sistema penitenciário profissionalizante nos Estados. Nº 1561

Sugere que os orçamentos da União, Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios consigam anualmente dotação específica para

assistência social ao menor desamparado. Nº 1562

Sugere princípios gerais sobre a ordem econômica. Nº 1563

JAIRO CARNEIRO (PFL) — Sugere que as mulheres gozem dos mesmos direitos conferidos aos homens em todos os domínios da vida política, econômica, cultural, social e familiar. Nº 1070

Sugere que a posse nos cargos eletivos dos poderes Executivos e Legislativos da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal e dos Territórios seja simultânea em todo o País, e que ocorra no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da realização do pleito. Nº 1071

JAMIL HADDAD (PSB) — Sugere que o Estado garanta a soberania administrativa do Município sobre o espaço urbano, a preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico, para usufruto de todos como bem de domínio público. Nº 1549

Sugere que o processo de ocupação do solo urbano obedeça a planejamento municipal plurianual, com o objetivo de garantir o atendimento das necessidades sociais da população. Nº 1550

Sugere que a licença para construção em lotes urbanos fique condicionada à existência ou programação de equipamentos urbanos e comunitários, e dá outras providências. Nº 1551

Sugere que o reajuste dos proventos da aposentadoria seja efetuado, usando-se os mesmos índices utilizados para calcular os salários e vencimentos do pessoal da ativa. Nº 1552

Sugere que seja assegurado à gestante o descanso remunerado de trinta dias antes do parto e noventa dias após, com garantia de estabilidade no emprego, desde o início da gravidez e até cento e oitenta dias em seguida ao parto. Nº 1553

Sugere que os aposentados não contribuam para a Previdência Social. Nº 1554

Sugere que o direito de propriedade fique assegurado a todo aquele que, não sendo proprietário urbano nem rural, ocupe por três anos ininterruptos, sem reconhecimento de domínio alheio, trecho de solo não superior ao módulo urbano definido em lei. Nº 1555

Sugere que o salário do trabalho noturno seja superior em cinquenta por cento ao do diurno. Nº 1556

Sugere que seja vedada qualquer intervenção, restrição ou aplicação de penalidade por parte do Poder Executivo na atividade sindical. Nº 1557

Sugere que se assegure ao trabalhador a estabilidade no emprego e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Nº 1558

Sugere que seja vedada a prescrição no curso da relação de trabalho, bem como até dois anos após a rescisão da referida relação. Nº 1559

Sugere a garantia do direito de greve a todas as categorias de trabalhadores, inclusive aos funcionários públicos. Nº 1560

JESUALDO CAVALCANTI (PFL) — Sugere a criação, pelo Governo, de Programa de Desenvolvimento do Vale do Paraíba, nele aplicando-se recursos não inferiores a 1% da Receita Tributária da União, a partir de 1988. Nº 1308

Sugere que os Ministros dos Tribunais Federais sejam nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal. Nº 1547

Sugere que o Procurador-Geral da República seja eleito pelo Congresso Nacional, para mandato de três anos, permitida a reeleição, dentre cidadãos brasileiros maiores de 35 (trinta e cinco) anos. Nº 1548

JESUS TAJRA (PFL) — Sugere normas, dispondo sobre os casos de concessão de aposentadoria com proventos integrais ou proporcionais ao tempo de serviço, sobre a revisão dos proventos, sempre que modificarem os vencimentos dos servidores em atividade. Nº 1309

Sugere que os reajustes dos proventos sejam em iguais índices, época, cargo, função ou posto da categoria trabalhista em que haja ocorrido a aposentadoria e que, sobre esses proventos, não incida nenhuma contribuição ou imposto. Nº 1310

Sugere normas, dispondo que o processo legislativo compreenda a elaboração de: emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, decretos legislativos e resoluções. Nº 1311

Sugere seja concedida ao Estado do Piauí a redução de 80% das alíquotas dos impostos federais, durante o prazo de 50 (cinquenta) anos, a contar do exercício financeiro seguinte ao da promulgação desta Constituição, como forma de incentivo ao seu desenvolvimento econômico e social. Nº 1312

Sugere que a União aplique quantia não inferior a 3% da Receita Tributária em planos de defesa contra os efeitos da seca no Nordeste. Nº 1313

Sugere normas sobre a constituição da família; seu direito à proteção especial do Estado, através de um fundo de proteção à família. Nº 1314

JOÃO ALVES (PFL) — Sugere a instalação de regiões agrícolas no interior de todo o País, em locais que se prestem a abrigar até quarenta milhões de habitantes, e a criação de colônias agrícolas penais, para abrigar todos os criminosos do País. Nº 1315

JOÃO CALMON (PMDB) — Sugere que o Congresso Nacional elabore e aprove, no prazo máximo de 10 (dez) meses, as leis complementares exigidas pelo texto da presente Constituição. Nº 1316

Sugere que a União aplique nunca menos de 18% e os Estados, Distrito Federal e Municípios 25%, no mínimo, de suas receitas tributárias, na manutenção e desenvolvimento do ensino. Nº 1317

Sugere sejam todos os brasileiros obrigados à prestação do serviço militar ou outros encargos de interesse nacional, nos termos que estabelece. Nº 1546

Sugere competência à União para instituir impostos sobre heranças e doações de qualquer natureza, e que a lei fixe os limites mínimos de incidência do imposto devido sobre aqueles bens. Nº 1714

Sugere que lei federal defina incentivos para os profissionais de nível superior que, em seguida ao término de seu curso, exerçam suas atividades em áreas afastadas dos grandes centros urbanos. Nº 1917

JOÃO MENEZES (PFL) — Sugere seja competência da União instituir impostos sobre rendas e proventos de qualquer natureza, exceto os oriundos da aposentadoria e pensões de valor não excedente a 15 salários mínimos. Nº 1065

Sugere seja garantida a paridade entre as pensões e proventos da aposentadoria e a remuneração do cargo, função ou posto em que haja ocorrido a aposentadoria, inclusive proteção de seu valor real contra as alterações do poder aquisitivo da moeda. Nº 1066

Sugere seja assegurado a todo cidadão o direito de inscrever-se em concurso público, nas condições que estabelece. Nº 1067

Sugere que seja assegurada ao aposentado por invalidez a percepção de proventos de valor real não inferior à remuneração percebida em atividade. Nº 1068

JOÃO NATAL (PMDB) — Sugere norma determinando a realização de eleições gerais, a primeiro de outubro de 1988, em todo o território nacional, inclusive no Distrito Federal, e que a posse dos eleitos se dê em primeiro de janeiro de 1989. Nº 1542

Sugere caiba à União, aos Estados, aos Municípios, aos Territórios e ao Distrito Federal exercer o poder de polícia, no âmbito de suas competências e nos respectivos territórios, na forma da lei. Nº 1543

Sugere norma, determinando que um quinto dos lugares de qualquer tribunal seja preenchido por advogados, em efetivo exercício da profissão, por membros do Ministério Público e por delegados de polícia de carreira, bacharéis em Direito, todos de notório saber e idoneidade moral, que contem 10 anos de atividade profissional. Nº 1544

Sugere norma, dispondo que a maioridade eleitoral seja aos 16 anos e que o alistamento e o voto sejam facultativos. Nº 1545

Sugere normas sobre a fiscalização financeira e orçamentária da União, a administração pú-

blica federal; funcionários públicos; composição e organização do Tribunal de Contas. Nº 1578

Sugere norma, assegurando aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos de idade passe livre nos veículos de transporte coletivo. Nº 1579

JOAQUIM BEVILÁQUA (PTB) — Sugere que o aposentado que por dez anos tenha exercido cargo de livre nomeação e exoneração possa optar pela aposentadoria de funcionário público. Nº 1318

Sugere norma, estabelecendo que caiba ao Congresso Nacional apreciar e modificar decretos-leis expedidos pelo Presidente da República. Nº 1319

Sugere norma que estenda aos Deputados Estaduais as prerrogativas previstas para os Deputados Federais e Senadores, salvo quanto ao processo e julgamento. Nº 1320

Sugere norma, estabelecendo que a idade mínima para candidato a Governador seja de 25 (vinte e cinco) anos completos, à data da eleição. Nº 1321

Sugere norma, considerando que o veto do Presidente da República seja mantido, se obtiver o voto favorável da maioria absoluta de cada câmara. Nº 1322

Sugere norma, assegurando ao Presidente da República solicitar que proposta de lei de sua iniciativa seja apreciada dentro de 45 (quarenta e cinco) dias; e, não havendo deliberação neste prazo, que a matéria seja considerada rejeitada. Nº 1323

Sugere normas, dispondo sobre os casos em que os advogados inscritos na OAB não possam ser presos, salvo exceções que estabelece. Nº 1324

Sugere seja a responsabilidade penal atribuída a partir dos 16 anos, e a maioridade civil aos 18 anos de idade. Nº 1325

Sugere normas estabelecendo o direito de voto, salvo para os que não saibam exprimir-se na língua nacional e os que estiverem privados, temporária ou definitivamente, dos direitos políticos. Nº 1326

Sugere norma, proibindo discriminação em razão de nascimento, raça, cor, sexo, idade, local e tipo de trabalho, convicções políticas ou filosóficas, condição física e mental, punindo-se como crime todo e qualquer ato discriminatório. Nº 1327

Sugere normas, dispondo sobre as condições de elegibilidade para o Poder Legislativo, nas condições que estabelece. Nº 1328

Sugere normas, dispondo sobre a seguridade social, conforme estabelece. Nº 1329

Sugere norma, determinando não ser objeto de deliberação proposta de emenda constitucional tendente a abolir a federação ou a república, ou a limitar as garantias individuais. Nº 1330

Sugere normas que vedem a diferença de salários e impeçam a adoção de critérios discriminatórios de admissão do serviço público em razão de sexo, cor, estado civil, credo religioso ou convicções políticas. Nº 1331

Sugere que nenhum funcionário receba vencimento inferior ao salário mínimo regional. Nº 1332

Sugere norma que assegure ao trabalhador rural direito aos mesmos benefícios da seguridade social concedidos ao trabalhador urbano. Nº 1333

Sugere que a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal apliquem recursos de sua receita tributária em programas sociais, como específica. Nº 1334

Sugere aposentadoria aos deficientes físicos e aos motoristas profissionais, com salário integral após 25 anos de serviço. Nº 1335

Sugere norma que reconheça o direito de greve; assegure a manutenção dos serviços essenciais à comunidade e estenda os benefícios conquistados pela greve às categorias profissionais essenciais que deixaram de recorrer a esse direito. Nº 1336

Sugere norma que disponha sobre a participação dos trabalhadores nos lucros da empresa, nas condições que especifica. Nº 1337

Sugere norma dispondo que a direção das instituições previdenciárias seja exercida de forma colegiada e paritária, com representantes da União, dos empresários e dos trabalhadores. Nº 1338

Sugere norma que disponha sobre manutenção do júri popular, com competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida. Nº 1377

JOAQUIM FRANCISCO (PFL) — Sugere norma que disponha sobre a re aquisição da nacionalidade por qualquer brasileiro, bem como a aceitação pelo Brasil, mediante tratado com país do seu interesse, na múltipla nacionalidade. Nº 1708

Sugere norma sobre a disponibilidade remunerada de funcionário estável, quando da extinção do cargo que ocupava. Nº 1709

JOFRAN FREJAT (PFL) — Sugere normas sobre a organização e manutenção do serviço de guarda aduaneira, subordinado ao Ministério da Fazenda, com as atribuições que enumera. Nº 1577

JORGE ARBAGE (PDS) — Sugere dispositivos sobre as viagens do Presidente da República ao Exterior. Nº 1339

Sugere competência à União para estabelecer o plano nacional de transportes, explorar, diretamente ou mediante concessão, a navegação aquaviária, e legislar sobre o regime de portos e navegação aquaviária. Nº 1710

Sugere que o Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, possa dispor sobre todas as matérias de competência da

União, especialmente sobre limites do Território Nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União. Nº 1711

Sugere que, respeitado o princípio da reciprocidade, o transporte de mercadorias importadas e exportadas seja feito, obrigatoriamente, em navios de bandeira brasileira, nos casos que especifica. Nº 1712

JORGE HAGE (PMDB) — Sugere que a justiça seja administrada em nome do povo, pelos seguintes órgãos: Tribunal Constitucional, Superior Tribunal de Justiça, Tribunais e Juizes Federais e Estaduais; e que a lei orgânica da magistratura estabeleça as normas gerais de sua organização e funcionamento. Nº 1715

JORGE LEITE (PMDB) — Sugere a atribuição de competência à União para legislar sobre desportos. Nº 1574

Sugere que os proventos dos inativos sejam revistos nas mesmas bases em que são alterados os vencimentos dos funcionários em atividade. Nº 1576

JOSÉ CAMARGO (PFL) — Sugere sejam indeferidos, ao condenado por crime de homicídio, lesões corporais, furto ou roubo, quaisquer benefícios da legislação penal que impliquem diminuição, suspensão condicional da pena ou livramento condicional. Nº 1340

Sugere a rejeição, em sessão conjunta, do voto do Presidente da República à matéria aprovada pelo Congresso Nacional. Nº 1341

Sugere seja conferido ao Presidente da República, aos Governadores e aos Prefeitos Municipais o direito a uma reeleição, sem afastamento do cargo. Nº 1342

Sugere salário-família de 5% (cinco por cento) por filho menor de 14 anos ou inválido de qualquer idade. Nº 1343

Sugere que as casas de custódia abriguem menores delinquentes até os dezoito anos de idade, propiciando-lhes ensino até o segundo grau. Nº 1344

Sugere a maioridade penal, ao 16 anos de idade; que a prisão do menor delinquente condenado se faça em estabelecimentos penais de formação técnica e profissional, até os 21 anos de idade. Nº 1345

Sugere seja assegurada ao trabalhador remuneração dobrada na prestação de serviços emergenciais e em casos de força maior. Nº 1346

Sugere a proibição do uso de armas de fogo na repressão policial, bem como a participação das Forças Armadas na repressão às manifestações populares e aos protestos de massa nas vias públicas. Nº 1347

Sugere sistema eleitoral misto para a composição da Câmara dos Deputados, elegendo-se metade da representação pelo sistema majoritário e metade através de listas partidárias. Nº 1348

Sugere seja assegurado ao trabalhador, além dos outros, direito a férias anuais, com remuneração equivalente ao dobro do salário mensal. Nº 1349

Sugere seja assegurada ao trabalhador, além de outros direitos, aposentadoria com remuneração igual à da atividade. Nº 1350

Sugere que do produto da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias — ICM, 70% constitua receita dos Estados e 30% dos Municípios. Nº 1351

Sugere que seja assegurado ao trabalhador salário mínimo unificado, capaz de satisfazer às suas necessidades normais e de sua família, reajustado trimestralmente pelo Congresso Nacional. Nº 1352

JOSÉ CARLOS GRECO (PMDB) — Sugere que o orçamento anual compreenda obrigatoriamente as despesas e receitas de todos os poderes, exceto do Judiciário que terá orçamento próprio e independente. Nº 1353

Sugere que nenhum projeto de lei possa ser aprovado por decurso de prazo. Nº 1354

Sugere que o alistamento eleitoral seja obrigatório e o voto facultativo. Nº 1355

Sugere que os Militares, em geral, sejam alistáveis como eleitores. Nº 1356

Sugere que a Lei defina os atos considerados crime contra a Economia Popular e a Ecologia, classificando-os como crimes inafiançáveis e estabeleça as penas a eles relativas. Nº 1357

Sugere norma que disponha sobre a competência dos Estados e Municípios para desapropriar áreas destinadas à implantação de loteamentos populares e construção de conjuntos habitacionais. Nº 1358

Sugere que os Estados garantam aos excepcionais e aos superdotados a "educação especial". Nº 1359

Sugere que a Educação Escolar, na faixa etária de sete a quatorze anos, seja da competência da União, na forma que estabelece. Nº 1360

Sugere que a União, em convênio com os Estados e Municípios, mantenha programa de assistência aos idosos carentes e aos menores abandonados. Nº 1361

Sugere que o direito de propriedade seja assegurado pela constituição, enfatizando a sua função social. Nº 1362

Sugere que seja assegurado ao pensionista o direito ao salário integral, com as variações ulteriores da categoria a que pertence. Nº 1363

Sugere que a valorização do trabalho seja assegurada como condição de dignidade humana e que a lei disponha sobre a jornada de trabalho, limitando-a em 40 horas semanais. Nº 1364

Sugere que o direito à aposentadoria seja estendido aos empregados domésticos e às donas-de-casa. Nº 1365

Sugere que as empresas públicas ou privadas garantam aos seus empregados transporte gratuito. Nº 1366

Sugere que sejam equiparados os direitos trabalhistas do empregado doméstico aos dos demais trabalhadores. Nº 1367

Sugere a destinação de 10% dos lucros de toda empresa pública ou particular para os seus empregados. Nº 1368

Sugere norma que assegure aos trabalhadores a concessão de salário-família, calculado na base de 20% do salário mínimo vigente, para cada filho de até quatorze anos de idade ou inválido de qualquer condição. Nº 1376

Sugere que nenhum concurso público possa dispor sobre limite de idade, ressalvados os casos definidos em lei. Nº 1567

Sugere que a admissão de servidores públicos em cargos e funções somente se dê através de concurso. Nº 1568

Sugere norma, proibindo a propositura de ação de despejo, salvo em casos de falta de pagamento ou infração contratual, definidos em lei. Nº 1569

Sugere que o Poder Legislativo possa apresentar projetos de lei sobre matéria financeira. Nº 1570

Sugere que a União e o Estado, quando dispuserem sobre qualquer isenção, anistia de impostos ou taxas em que os municípios tenham participação, os compensem com recursos proporcionais. Nº 1571

Sugere norma que suprima o decreto-lei. Nº 1572

Sugere norma que estabeleça o direito de greve em todos os setores empregatícios, exceto nos serviços e atividades essenciais, definidos em lei. Nº 1573

JOSÉ CARLOS VASCONCELOS (PMDB) — Sugere norma que disponha sobre o reajuste dos proventos dos aposentados e pensionistas, e vede a incidência de tributação sobre os mesmos. Nº 1389

JOSÉ DUTRA (PMDB) — Sugere que a floresta Amazônica seja considerada patrimônio nacional e que sua utilização econômica o ambiente ecológico. Nº 1566

JOSÉ FERNANDES (PDT) — Sugere princípios, normas e garantias relativos à liberdade em geral, direitos à vida, segurança, igualdade e assistência jurídica, direito de propriedade, direito de representação, **habeas-corpus**, e mandato de segurança. Nº 1369

JOSÉ GUEDES (PMDB) — Sugere que lei complementar especifique gêneros, produtos, serviços e atividades isentos ou sem incidência de impostos federais, estaduais e municipais. Nº 1370

Sugere normas referentes à composição da Câmara dos Deputados. Nº 1371

Sugere dispositivos sobre a participação dos municípios na arrecadação do Imposto sobre Coisas Móveis Corpóreas — ICMC. Nº 1713

JOSÉ LOURENÇO (PFL) — Sugere normas dispostas sobre a nacionalidade, a soberania e as relações internacionais. Nº 1069

JOSÉ MELO (PMDB) — Sugere que as eleições para Prefeito, Governador, Presidente da República, Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal e Senador sejam realizadas no dia 3 de outubro, com a posse fixada para o dia 3 de dezembro. Nº 1372

Sugere que os Estados e Municípios participem do produto de todo e qualquer tributo arrecadado pela União, na forma que a lei estabelecer. Nº 1373

Sugere seja assegurado a todo cidadão brasileiro, a partir dos 65 anos de idade, uma pensão equivalente a 2 (dois) salários mínimos mensais e o direito de opção entre esta e outras adquiridas pelo sistema previdenciário, proibida a acumulação. Nº 1374

Sugere a definição dos limites entre os Estados do Acre, do Amazonas e de Rondônia. Nº 1565

JOSÉ SANTANA (PFL) — Sugere norma que estabeleça um regime especial de contratação do servidor temporário e que proíba a contratação pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT. Nº 1375

Sugere normas que disponham sobre a intervenção do Estado na ordem econômica e social de acordo com os critérios que enumera. Nº 1378

Sugere norma que disponha sobre a adoção, pelo Poder Público, de uma política agrícola que assegure igualdade de tratamento entre os meios rurais e urbano. Nº 1379

Sugere seja direito de todos participar das decisões do Estado e contribuir para o aperfeiçoamento democrático das instituições. Nº 1380

Sugere norma que disponha sobre a obrigatoriedade de licitação para as obras, serviços, compras e alienações efetuadas pela administração direta, autarquias e entidades paraestatais. Nº 1381

Sugere que a constituição do Estado disponha sobre a autonomia e a competência da região metropolitana, organizando-a como entidade pública e territorial do Governo, compondo-se a assembleia metropolitana de membros eleitos por voto direto e secreto dos eleitores das respectivas regiões. Nº 1382

Sugere a criação da defensoria do povo; lei complementar que disponha sobre a competência do defensor do povo para a defesa dos direitos e garantias individuais e preservação do princípio da boa administração. Nº 1383

Sugere que os tributos tenham caráter pessoal sempre que for possível, e que sejam necessariamente graduados conforme a capacidade econômica do contribuinte. Nº 1384

Sugere que a autorização de pesquisa ou a concessão de lavra sejam conferidas a brasileiros ou a sociedade organizada no País, assegurado o direito de prioridade ao proprietário do solo na exploração do subsolo. Nº 1385

Sugere normas que disponham sobre a elaboração, pelo Poder Público, de princípios éticos de boa administração, sobretudo os relacionados, ao atendimento prioritário de interesse público e ao respeito aos direitos dos indivíduos. Nº 1386

Sugere norma que disponha sobre a estabilidade dos servidores públicos que contem cinco anos de serviço efetivo na administração direta ou autárquica da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos Territórios. Nº 1387

Sugere norma que disponha sobre o restabelecimento das prerrogativas do Poder Legislativo. Nº 1388

Sugere norma que disponha sobre a reorganização do Poder Executivo. Nº 1390

Sugere que a representação por inconstitucionalidade, ou para a interpretação de lei ou ato normativo federal ou estadual não possa ser recusada pelo Procurador-Geral da República, quando solicitada pelo defensor do povo. Nº 1392

JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL) — Sugere norma que discipline a criação do Estado do Tocantins. Nº 1391

JOSÉ ULÍSSÉS DE OLIVEIRA (PMDB) — Sugere dispositivos sobre mandato de prefeito, vice-prefeitos e vereadores, em função da autonomia municipal. Nº 1564

JUAREZ ANTUNES (PDT) — Sugere que o Estado assegure condições para o desempenho satisfatório da maternidade e da paternidade; assegure a igualdade de direitos trabalhistas e previdenciários a todos os trabalhadores, e que lei complementar regulamentar os critérios de aposentadoria. Nº 1539

LAVOISIER MAIA (PDS) — Sugere o seguinte preâmbulo para a Constituição: "O Brasil é uma República Federativa, constituída sob o regime representativo, pela União indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios. Nº 1185

Sugere que a lei orgânica municipal assegure imunidade aos vereadores, tornando-os invioláveis no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos. Nº 1186

LEUR LOMANTO (PFL) — Sugere que a União aplique não menos de 30% de sua renda tributária anual na região Nordeste. Nº 1716

LÍDICE DA MATA (PC do B) — Sugere que sejam assegurados à mulher direitos iguais ao do homem em todos os setores da vida econômica, política, social, cultural e familiar, e dá outras providências. Nº 1072

Sugere que os partidos políticos com representação na Assembleia Nacional Constituinte tenham seus registros automaticamente definidos e conferidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, independentemente de quaisquer exigências da lei. Nº 1073

Sugere que seja assegurada a liberdade de organização partidária e que a atividade política dos partidos seja garantida. Nº 1074

LUIZ MARQUES (PFL) — Sugere seja assegurado ao trabalhador programa da casa própria compatível com a renda familiar; que os reajustes de saldos devedores não possam alterar o percentual do salário destinado à sua quitação; que lei especial regule o valor dos aluguéis. Nº 1187

LUIZ SALOMÃO (PDT) — Sugere que sejam depositados em instituições financeiras, controladas pelo Tesouro Nacional, as disponibilidades de caixa do Governo Federal e de todas as entidades a ele vinculadas, nas condições que estabelece. Nº 1918

Sugere que seja assegurado aos cidadãos o direito à propriedade dos bens necessários à subsistência da família. Nº 1919

Sugere sejam mantidos o número de representantes do povo e as condições de sua elegibilidade, conforme preceitua o art. 39 da atual Constituição, caiba à justiça eleitoral estabelecer que o número de deputados dos Estados e pelo Distrito Federal seja proporcional à população; haja eleição de 3 (três) deputados por cada Território, exceto o de Fernando de Noronha. Nº 1920

Sugere que o Brasil seja uma República Federativa constituída pela União indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, que seja definida a função social da propriedade, da empresa e outros meios de produção, dos meios de comunicação, da tecnologia e das concessões dos serviços públicos; que todo o poder emane do povo e em seu nome seja exercido. Nº 1921

Sugere que o regime de concessões dos serviços públicos federais, estaduais ou municipais obedeça a princípios que obriguem a manutenção do serviço adequado e a utilização de tarifas justas, submetidas à fiscalização permanente e revisão periódica de comissão composta de representantes dos usuários, dos empregados das concessionárias e do órgão competente. Nº 1922

Sugere normas, dispondo sobre os recursos minerais e os hídricos; sobre as jazidas, minas e os bens da União e dos Estados no setor; sobre o contrato de exploração e aproveitamento de recursos naturais; sobre o papel do Estado na atividade garimpeira e sobre o monopólio da União em atividades relacionadas ao petróleo, nas condições que estabelece. Nº 1923

Sugere norma que defina e caracterize empresa nacional, regularmente a nacionalização de empresas e a progressiva estatização dos bancos nacionais, discipline os investimentos do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior; que as questões relativas à dívida externa sejam aforadas no Distrito Federal; que seja proibida a estrangeiro a transferência de terras onde existam recursos minerais e potenciais de energia elétrica. Nº 1924

Sugere dispositivos sobre a atividade econômica, a intervenção do Estado no domínio econômico, o incentivo ao cooperativismo e às pequenas e médias empresas, a criação e regulamentação de entidades estatais de produção, os direitos do consumidor e demais disposições que especifica. Nº 1925

LUIZ SOYER (PMDB) — Sugere a inclusão das Forças Armadas na fiscalização da produção e do comércio de entorpecentes. Nº 1717

Sugere a competência privativa dos municípios para instituir impostos sobre: a propriedade imóvel urbana e rural, veículos automotores, licença para exercício de atividades industriais e mercantis ou de qualquer outra atividade lucrativa exercida no município. Nº 1718

Sugere normas sobre a organização do Ministério Público da União e dos Estados. Nº 1719

Sugere normas submetendo ao Congresso Nacional os acordos financeiros internacionais que comprometem o País. Nº 1720

MANOEL RIBEIRO (PMDB) — Sugere que o Deputado ou Senador não perca o mandato quando licenciado ou quando investido nas funções que enumera. Nº 1189

Sugere normas, dispondo sobre as situações impeditivas do exercício do mandato de deputados e senadores, a partir da diplomação e da posse. Nº 1190

MARCONDES GADELHA (PFL) — Sugere seja objeto de estudo, pela Assembléia Nacional Constituinte, matéria relativa à elaboração constitucional, para melhor atender à técnica jurídica. Nº 1188

MÁRIO MAIA (PDT) — Sugere prazo para que o Presidente da República nomeie Comissão destinada a estudar a redivisão territorial do Brasil. Nº 1191

Sugere que as Forças Armadas, essenciais à execução da Segurança Nacional, se destinem, exclusivamente, à defesa e garantia da Política e segurança externa. Nº 1192

Sugere que as jazidas, minas e demais recursos minerais, e os potenciais de energia hidráulica constituam propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial. Nº 1193

Sugere que a concessão de canais de onda de rádio e TV, instalação de TV direcional ou por cabo, respeite os critérios diferenciados, culturais e econômicos das diversas regiões do País. Nº 1194

Sugere a destinação pela União de nunca menos de 5% da renda tributária, para preservação do meio ambiente. Nº 1195

Sugere que as terras ocupadas pelas comunidades indígenas sejam inalienáveis e demarcadas, garantindo àquelas comunidades, a posse permanente, o usufruto pleno e exclusivo das riquezas naturais do solo, do subsolo e de todas as utilidades nelas existentes. Nº 1196

MARLUCE PINTO (PTB) — Sugere normas sobre a organização da Justiça Militar, a composição do Tribunal Militar e os juizes inferiores. Nº 1075

MAURÍCIO CAMPOS (PFL) — Sugere seja outorgada pela União, pelos Estados ou pelos Municípios permissão para explorar o produto ou para o registro sob monopólio público, a pessoa física ou jurídica, inclusive associações, desde que a exploração se destine a uso exclusivo do permissionário, vedada qualquer forma de exploração mercantil. Nº 1722

Sugere que o ensino de primeiro grau seja atribuição do município, e que os municípios de uma mesma região geoconômica possam organizar-se em consórcio municipal, para tender ao disposto acima. Nº 1723

MAURÍCIO FRUET (PMDB) — Sugere que nenhum servidor da administração pública direta e indireta, entidades paraestatais da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e Municípios possa perceber vencimentos superiores à vinte vezes o valor da menor remuneração atribuída ao respectivo órgão. Nº 1724

Sugere que a União pague indenização aos Estados e Municípios cujos territórios venham a sofrer inundações decorrentes da construção de usinas Hidrelétricas. Nº 1725

Sugere normas que disponham sobre a reorganização da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e sobre as suas competências nas áreas Legislativa, Executiva e Judiciária. Nº 1962

MAURÍLIO FERREIRA LIMA (PMDB) — Sugere normas proibindo o **habeas corpus** nos crimes de homicídio qualificado, roubo seguido de morte, extorsão mediante seqüestro, homicídio contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge. Nº 1197

MAURO BENEVIDES (PMDB) — Sugere dispositivos legais assegurando dotação orçamentária para os partidos políticos. Nº 1198

Sugere norma isentando de impostos a renda e os proventos decorrentes de aposentadorias e de pensões das pessoas com mais de 70 anos. Nº 1199

Sugere normas assegurando aos deficientes físicos trabalhadores assistência médica, educação e aprendizado especiais, isenção de impostos e garantias de trabalho. Nº 1200

Sugere salário mínimo unificado, capaz de satisfazer às necessidades básicas do trabalhador e de sua família. Nº 1201

Sugere normas dispondo que, na execução do plano de defesa contra a seca do Nordeste, a União despenda, anualmente, não menos de 4% de sua renda tributária para obras e serviços de assistência econômica e social. Nº 1738

Sugere seja dever do Estado preservar o patrimônio histórico e cultural do País; que sejam incluídas na categoria das letras e das artes, além das obras eruditas, as manifestações culturais do povo. Nº 1926

Sugere a extinção do Decreto-lei na parte referente ao processo legislativo. Nº 1927

Sugere seja assegurada a aposentadoria integral aos professores e servidores das universidades federais, incluídos no plano de classificação e retribuição de cargos e empregos. Nº 1928

MENDES RIBEIRO (PMDB) — Sugere a manutenção do Tribunal do Júri para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, cabendo ao juiz singular a verificação do dolo, por ocasião da pronúncia. Nº 1726

Sugere seja vedado à União, aos Estados e Municípios, subsidiar o esporte profissional, sem autorização expressa do respectivo órgão legislativo e sem a posterior prestação de contas ao tribunal competente. Nº 1727

Sugere que o Poder Judiciário assegure o exercício dos direitos e garantias providos pela Constituição, sempre que requeridos pela parte legítima e interessada. Nº 1728

Sugere que os jogos de azar possam ser explorados pela União, que destinará as suas rendas ao esporte amador, à cultura e à educação dirigida aos deficientes e excepcionais. Nº 1729

MESSIAS SOARES (PMDB) — Sugere a criação dos juizados de instrução e pequenas causas nos Estados. Nº 1202

Sugere que se fixe a maioria aos dezesseis anos, com os direitos legalmente assegurados e as responsabilidades civis e criminais daí decorrentes. Nº 1203

Sugere seja assegurado aos militares de qualquer posto ou graduação o direito ao alistamento eleitoral. Nº 1204

Sugere que a proposta de emenda constitucional seja discutida e votada em sessão conjunta do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambas as votações, dois terços dos votos dos membros de cada uma das Casas. Nº 1732

Sugere que lei complementar à Constituição dos Estados estabeleça a proibição de cobrança de emolumentos, participações ou taxas monetárias nos atos notariais dos cartórios oficializados, e disponha sobre o processo de implantação de modernas técnicas e equipamentos de informática, nos cartórios. Nº 1733

Sugere seja direito do trabalhador a integração na vida e no desenvolvimento da empresa, com participação mínima de 10% sobre o lucro líquido e, excepcionalmente, na gestão, segundo o estabelecido em lei. Nº 1734

Sugere que os Estados e Municípios sejam organizados e regidos pelas Constituições e Leis que adotarem, respeitados os princípios que estabelece. Nº 1735

MICHEL TEMER (PMDB) — Sugere norma que assegure ao consumidor ampla e imediata defesa de seus direitos. Nº 1000

Sugere estabilidade no emprego para os atuais servidores da União, dos Estados e Municípios, da administração centralizada ou autárquica, que, à data da promulgação da Constituição contem pelo menos 5 (cinco) anos de serviço público. Nº 1721.

Sugere seja competência da União legislar sobre sistemas de consórcios. Nº 1740

Sugere normas dispondo que a ordem econômica e social tenha por fim realizar o desenvolvimento nacional e a Justiça Social, com base no princípio do incentivo ao sistema de consórcios. Nº 1741

Sugere seja competência do Tribunal de Justiça do Estado declarar a inconstitucionalidade de leis ou atos normativos municipais e estaduais em face da constituição estadual, mediante representação do Procurador-Geral do Estado ou do Chefe do Ministério Público local. Nº 1742

Sugere caiba ação judicial contra ato ou omissão do Estado que impeça a fruição de um bem jurídico previsto em dispositivo constitucional, ainda que tal dispositivo não haja sido regulamentado. Nº 1743

MIRO TEIXEIRA (PMDB) — Sugere a concessão de anistia a todos os que, por motivação política, tenham sido punidos criminalmente, prejudicados ou coagidos por qualquer diploma legal, conforme estabelece. Nº 1739

MOZARILDO CAVALCANTI (PFL) — Sugere que a prática do aborto não seja considerada crime, quando a gravidez resultar de estupro, quando se constituir em terapêutica heróica para salvar a vida da gestante ou nos casos de comprovada má-formação grave e incapacidade do feto. Nº 1730

Sugere a unificação do sistema nacional de saúde e obriga a aplicação de 25% do orçamento da União, dos Estados e Municípios em programas de Assistência à Saúde. Nº 1731

Sugere seja vedada ao estrangeiro, ainda que naturalizado brasileiro, como à pessoa jurídica de que participe, a propriedade ou a participação em empreendimento de natureza econômica, localizada na faixa de fronteira definida em lei. Nº 1736

Sugere normas dispondo sobre a exploração de riquezas minerais nas reservas indígenas. Nº 1737

NABOR JÚNIOR (PMDB) — Sugere critérios para a organização funcional dos quadros do serviço público. Nº 1205

NAPHTALI ALVES (PMDB) — Sugere a criação do Estado do Tocantins, por desmembramento de área do Estado de Goiás, dispondo que os limites do Estado, sua organização, sua capital e sua instalação sejam definidos em lei ordinária. Nº 1748

NELSON CARNEIRO (PMDB) — Sugere a equiparação entre os proventos do aposentado e a remuneração do respectivo cargo da ativa. Nº 1206

Sugere norma assegurando direitos previdenciários ao cônjuge do sexo masculino e à filha solteira maior de vinte e um anos, de qualquer condição. Nº 1207

Sugere a revogação de normas de direito interno que, direta ou indiretamente, impliquem discriminação dos direitos da mulher. Nº 1208

Sugere normas e princípios relativos à distribuição de terras, à propriedade privada e à desapropriação. Nº 1209

Sugere preceitos sobre o Tribunal Marítimo, como órgão auxiliar do Poder Judiciário e vinculado ao Ministério da Marinha. Nº 1210

Sugere a cobrança de contribuição de melhoria pelos Municípios, Estados ou União aos proprietários de imóveis valorizados por obra pública. Nº 1211

Sugere que pertença aos autores de obras literárias, artísticas e Científicas o direito exclusivo de sua utilização, sendo este transmitido por herança. Nº 1212

Sugere que o empréstimo compulsório constitua matéria da competência exclusiva do Congresso Nacional. Nº 1754

Sugere seja vedado à União instituir tributo que implique distinção ou preferência em relação a qualquer categoria ou atividade profissional. Nº 1943

Sugere norma dispondo que o casamento seja civil e que sua celebração, seu registro e a primeira certidão sejam gratuitas para pessoas carentes. Nº 1944

Sugere dispositivo que atribua à União competência para instituir impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza, exceto os proventos da aposentadoria. Nº 1945

Sugere que a pesquisa, a Lavra, o Refino, o Transporte Marítimo e em dutos do petróleo e seus derivados, bem como do gás natural, constituam monopólio da União, vedadas a cessão ou concessão a qualquer tipo de participação. Nº 1946

Sugere dispositivos sobre direitos dos Funcionários Públicos, pensões previdenciárias e mandatos de Presidentes de Cooperativas, de Sindicatos, de Federações, Confederações e de Associações de classe. Nº 1947

Sugere que todos tenham o direito de desfrutar do Patrimônio natural e Cultural da Nação, bem como o dever de defendê-lo conforme estabelece. Nº 1948

Sugere que tenha direito ao usucapião o possessor que esteja posse da área por 10 (dez) anos ou mais, quando explorada pelo requerente. Nº 1949

Sugere que seja sumariíssimo o rito de processamento da ação de usucapião. Nº 1950

Sugere normas de Proteção e Assistência ao menor, na forma que estabelece. Nº 1951

Sugere dispositivos que protejam o trabalho e a pessoa do deficiente físico; fixem diretrizes que visem atender a essas normas. Nº 1952

Sugere que o aposentado trabalhista ou estatutário possa voltar ao serviço ativo, com a remuneração em vigor para a função em que se aposentou, durante um período de 6 (seis) dias por ano, que os empregadores, no caso de servidores trabalhistas possam descontar, do Imposto de Renda e outros proventos, o total da importância paga, no atendimento ao caput deste artigo. Nº 1953

Sugere que os vencimentos ou salários não ultrapassem mais de cem vezes o maior salário mínimo vigente no País. Nº 1954

Sugere dispositivos sobre a remuneração do Pessoal do Serviço Público e sobre a revisão dos proventos dos inativos, nas condições que estabelece. Nº 1955

Sugere normas dispondo sobre a naturalização e os direitos à nacionalidade de Brasileiros, Portugueses e Latino-Americanos. Nº 1956

NELSON SEIXAS (PDT) — Sugere que seja autorizado o transplante de órgão do corpo humano independentemente da autorização da família; que seja mantida a plástica externa do doador; que seja proibido o comércio de órgãos humanos. Nº 1957

Sugere que seja isento de imposto de importação todo material ou equipamento especializado, sem similar no mercado brasileiro, des-

tinado a pessoas portadoras de deficiências físicas, sensorial ou mental. Nº 1958

Sugere seja concedida dedução no Imposto de Renda às pessoas físicas ou jurídicas que tenham gastos com pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental. Nº 1959

Sugere que se assegure às mulheres, aposentadoria voluntária aos 25 (vinte e cinco) anos de serviço ou 50 (cinquenta) anos de idade e aos homens aos 30 (trinta) anos de serviço ou aos 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, com proventos integrais. Nº 1960

Sugere que se assegure emprego nas empresas com mais de 100 (cem) empregados às pessoas portadoras de deficiência. Nº 1961

NELTON FRIEDRICH (PMDB) — Sugere normas que vetem a produção, o trânsito ou o manuseio de explosivos nucleares em todo o Território Nacional. Nº 1744

Sugere seja assegurado ao trabalhador brasileiro o direito de exercer as atividades profissionais em meio sadio, que lhe garanta a preservação de suas qualidade físicas e psíquicas. Nº 1745

Sugere tratamento legal diferenciado às empresas de pequeno porte econômico, de forma a incentivar sua criação, preservação e desenvolvimento, através da redução, eliminação ou simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias, trabalhistas e da garantia de crédito em condições favorecidas. Nº 1746

Sugere normas dispondo que a lei garanta e regule a utilização das emissoras de TV e radiofusão pelas entidades públicas e privadas, representativas de interesses coletivos de opinião, salvaguardando o pluralismo das idéias e das confissões. Nº 1747

NILSON GIBSON (PMDB) — Sugere normas que disponham sobre os incentivos fiscais a serem destinados ao transporte rodoviário de cargas. Nº 1213

Sugere a incidência do imposto de renda sobre os rendimentos de todas as pessoas, excusive diárias de viagem, proventos de aposentadoria e pensões. Nº 1214

Sugere a aposentadoria com proventos proporcionais, após 15 (quinze) anos de efetivo exercício. Nº 1215

Sugere diretrizes para a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico. Nº 1216

Sugere que a exploração do transporte rodoviário de carga caiba exclusivamente à iniciativa privada nacional. Nº 1217

Sugere medidas para o desenvolvimento, a valorização e a proteção dos setores de Informática e Telecomunicações. Nº 1218

Sugere a proibição da publicidade de medicamentos nos meios de comunicação de massa, com vistas a não se induzir o usuário à automedicação. Nº 1219

Sugere medidas destinadas ao implemento da área de medicamentos essenciais, em especial no tocante ao incentivo à indústria farmacêutica nacional. Nº 1220

Sugere que a lei orgânica do magistério estabeleça condições que assegurem o exercício da função de professor, segundo critérios de permanente valorização do trabalho e da pesquisa. Nº 1221

Sugere que a União auxilie, financeiramente, os sistemas de ensino estaduais, regionais e municipais, com prioridade para o ensino primário. Nº 1222

Sugere que a pesquisa, a lavra, a refinação, o processamento, o transporte marítimo e em condutos, do petróleo e seus derivados e do gás natural, em Território Nacional, constituam monopólio da União, inclusive no que se referir aos contratos de risco. Nº 1223

Sugere que os planos de sorteio sejam obrigados a concorrer com parte de sua arrecadação para a Previdência Social, a exemplo do que ocorre com as loterias e as corridas de cavalos. Nº 1224

Sugere a harmonização entre a política urbana e a rural e o estabelecimento de plano especial para as diferentes regiões do País e para as regiões metropolitanas. Nº 1225

Sugere a efetivação dos substitutos das serventias extrajudiciais e as do foro judicial no cargo do titular, em caso de vacância, desde que, investidos na forma da lei, contem ou venham a contar cinco anos de exercício na data da promulgação da Constituição. Nº 1226

Sugere que o servidor público afastado do cargo para exercer mandato eletivo tenha o tempo de serviço contado para todos os efeitos legais, obrigando-se o órgão em que servia a responder pelo recolhimento dos encargos junto à Previdência Social. Nº 1227

Sugere que a receita do ICM seja igualmente dividida entre o Estado produtor e o consumidor. Nº 1228

Sugere que a União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios apliquem, no mínimo, 20% de todas as suas receitas, inclusive as repassadas, na manutenção e no desenvolvimento do ensino. Nº 1229

Sugere que os titulares dos órgãos diretos dos vários setores das universidades sejam eleitos por sufrágio direto de seus membros, enquanto os dos órgãos superiores da administração geral o sejam por todo o corpo universitário. Nº 1230

Sugere a autonomia administrativa da universidade e o estabelecimento da igualdade de direitos entre os docentes e discentes no exercício da atividade acadêmica. Nº 1231

Sugere que a universidade mantenha estreita intercomunicação com a sociedade para, no exercício de suas funções e a partir do exame crítico dos problemas nacionais, contribuir pa-

ra o desenvolvimento econômico, social, político e cultural do País. Nº 1232

Sugere que lei especial disponha sobre a constituição de um fundo especial para o desenvolvimento do Nordeste, com recursos provenientes do orçamento da República e dos Estados mais desenvolvidos da Federação. Nº 1233

Sugere que o Juiz, aplicando a lei, ou à vista de omissão ou obscuridade legislativa, decida de modo a atender aos fins sociais e às exigências do bem comum, segundo os princípios constitucionais. Nº 1234

Sugere normas referentes à composição, ao local de funcionamento e à criação de novos órgãos da Justiça do Trabalho. Nº 1235

Sugere a garantia, pelo Estado, do direito à vida, desde a concepção, sendo punidas por lei as práticas e normas abortivas. Nº 1236

Sugere que a reeleição de titular de mandato executivo seja permitida apenas uma vez. Nº 1237

Sugere que lei especial disponha sobre a assistência devida pelo Estado às pessoas deficientes, nas áreas de saúde, do trabalho, da cidadania, do ensino e dos investimentos, de forma a garantir sua integração à sociedade. Nº 1238

Sugere maior participação dos municípios nos recursos arrecadados a título de Imposto Territorial Rural. Nº 1239

Sugere que lei especial fixe as condições para que os pescadores artesanais possam ocupar, gratuitamente, terrenos de Marinha para a construção de casa própria. Nº 1240

Sugere que a participação dos municípios no Fundo Rodoviário Nacional não seja inferior a 60% (sessenta por cento). Nº 1241

Sugere que as concessionárias de serviço de som e imagem entrem em cadeia nacional, diariamente, para transmissão de um programa das atividades do Poder Legislativo. Nº 1242

Sugere que pelo menos 3% da Receita Tributária Nacional sejam destinados, durante vinte anos, à aplicação em obras de combate à seca na região Nordeste do País. Nº 1243

Sugere que lei especial disponha sobre a indenização devida aos Estados em virtude da exploração de petróleo em sua plataforma. Nº 1244

Sugere que lei complementar estabeleça critério para redivisão territorial do Brasil, observado o princípio da consulta obrigatória às populações diretamente atingidas. Nº 1245

Sugere que o trabalhador urbano e o trabalhador rural disponham de um único e mesmo sistema previdenciário. Nº 1246

Sugere que lei especial regulamente a remessa de lucros para o exterior. Nº 1247

Sugere que a aposentadoria compulsória do funcionário público ocorra aos 70 anos de idade. Nº 1248

Sugere que nenhuma pensão seja inferior a 80% do que o segurado ou aposentado percebia quando em atividade. Nº 1249

Sugere que aposentadoria do segurado da Previdência Social ocorra aos vinte e cinco anos de serviço para a mulher e aos trinta anos de serviço para o homem. Nº 1250

Sugere a obrigatoriedade de concurso para toda e qualquer admissão no serviço público e a estabilidade após dois anos de efetivo exercício. Nº 1251

Sugere que o servidor público em disponibilidade não perceba remuneração inferior à metade da que percebia anteriormente. Nº 1252

Sugere que o funcionário público tenha direito ao FGTS — Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, nas condições que estabelece. Nº 1253

Sugere que os litígios decorrentes das relações de trabalho dos servidores públicos com a União sejam processados e julgados perante a Justiça do Trabalho. Nº 1254

Sugere que o trabalhador rural seja aposentado aos 60 (sessenta) anos de idade, se do sexo masculino, ou 55 (cinquenta e cinco), se do feminino, e que nenhuma aposentadoria seja inferior a um salário mínimo. Nº 1255

Sugere normas dispostas sobre a competência da União para legislar sobre planos nacionais de viagens e transportes, bem como sobre outras matérias que enumerar. Nº 1749

Sugere que, nas eleições para prefeito de região metropolitana, o candidato deva ser eleito registrado pelo prazo de seis meses antes da data da eleição. Nº 1750

Sugere a reestruturação do quadro de pessoal administrativo do departamento de Polícia Federal e a criação da carreira de apoio à atividade policial. Nº 1755

Sugere normas que disponham sobre a reestruturação do Ministério Público, suas funções, estrutura administrativa, atribuição de seus membros e plano de carreira correspondente. Nº 1756

Sugere normas que disponham sobre a organização em todas as instâncias da assistência judiciária nos Estados, no Distrito Federal e Territórios. Nº 1757

Sugere seja vedado à União tributar rendimentos de títulos da dívida pública estadual e municipal e os vencimentos e proventos dos servidores dos Estados e Municípios. Nº 1758

NIVALDO MACHADO (PFL) — Sugere a destinação de recursos provenientes da receita tributária da União para programas, obras e serviços de assistência econômica às áreas do Nordeste atingidas pelas secas, nas condições que estabelece. Nº 1257

Sugere normas sobre a composição do Poder Judiciário e a criação da justiça agrária. Nº 1258

Sugere que, no programa nacional de reforma agrária, os agricultores beneficiados recebam títulos provisórios de posse, pessoais e intransferíveis, válidos por cinco anos, e que a titulação definitiva da terra se faça pelo Incra após os cinco anos da posse efetiva, comprovada sua utilização econômica. Nº 1259

Sugere que os cargos e empregos públicos sejam acessíveis a todos os brasileiros que preencherem os requisitos legais; que os professores de todos os níveis percebam remuneração condigna no exercício do magistério, bem como na aposentadoria. Nº 1260

Sugere que o transporte coletivo de pessoas seja direito de todos e dever do Estado, podendo ser explorado por pessoas físicas, e que a União e os municípios mantenham seu próprio sistema de transporte. Nº 1261

Sugere seja vedada a adoção de tecnologia modificadora do meio ambiente e danosa à saúde ou que seja proibida ou esteja em experimentação em outros países. Nº 1262

Sugere seja punida a discriminação ou preconceito em razão da etnia, raça, idade, sexo, nacionalidade, condição física ou naturalidade e que o Brasil se abstenha de manter relações diplomáticas com países que adotem oficialmente qualquer tipo de política discriminatória ou segregacionista. Nº 1263

Sugere que os servidores públicos, contratados sob o regime da CLT, com mais de 10 anos de serviço, passem a integrar o quadro de pessoal estatutário, incluindo-se entre eles os ocupantes de cargo de confiança ou em comissão, há mais de 10 anos, mesmo sem vínculo empregatício. Nº 1264

Sugere normas para ingresso, aplicação e saída dos investimentos estrangeiros e para impedir a transferência de recursos naturais a estrangeiros. Nº 1265

Sugere regras para garantir o amparo do Estado ao ensino profissionalizante de nível médio, bem como a sua gratuidade para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos. Nº 1266

Sugere que o empregador garanta creche para os filhos de seus empregados de até um ano de idade e escola maternal até os quatro anos. Nº 1267

Sugere seja permitida adoção plena de menor até doze anos de idade. Nº 1268

Sugere que a União utilize quantia nunca inferior a 3% de sua renda tributária no atendimento aos problemas da seca do Nordeste e que 1/4 dessa quantia seja destinada ao socorro das populações atingidas por calamidades. Nº 1269

Sugere gratuidade para os atos necessários ao exercício da cidadania e que se debitem os custos decorrentes ao Tesouro Nacional. Nº 1270

Sugere normas e princípios para a intervenção do Estado no domínio econômico, para incentivo à iniciativa privada e para a participação do trabalhador nos lucros e na gestão das empresas. Nº 1271

Sugere que a instituição do Sistema Nacional de Saúde seja criada em termos democráticos. Nº 1272

Sugere que as empresas situadas na zona rural que gozem de assistência técnica do poder público sejam obrigadas a prover ensino primário gratuito para seus empregados e filhos destes. Nº 1273

Sugere norma que estabeleça o direito de os militares se alistarem, exceto os que prestam serviço militar inicial, e de serem elegíveis os que preencham as condições que preceitua. Nº 1937

Sugere norma estabelecendo que as empresas estatais da União, dos Estados e dos Municípios sejam obrigados a manter, cada qual, pelo menos uma escola de ensino profissionalizante a nível de 2º grau. Nº 1938

Sugere norma para que se reconheça a autonomia didático-pedagógica das universidades e dos estabelecimentos de ensino superior e para a fixação dos "currícula" das disciplinas de seus cursos, ouvidos os respectivos conselhos regionais das profissões ou instituições que representem os interesses profissionais. Nº 1939

Sugere norma que aposente o funcionário público, compulsoriamente, aos 70 (setenta) anos de idade se do sexo masculino, e aos 65 (sessenta e cinco) anos se do sexo feminino, e, voluntariamente, aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço o homem e aos 25 (vinte e cinco) anos a mulher. Nº 1940

Sugere norma que discipline a acumulação de cargos e funções públicas. Nº 1941

Sugere seja garantida a todos os trabalhadores aposentadoria de valor igual à remuneração percebida em atividade; que os proventos sejam reajustados em iguais épocas e índices da categoria trabalhista, função ou posto em que haja ocorrido a aposentadoria. Nº 1942

NYDER BARBOSA (PMDB) — Sugere norma que confira imunidade tributária às autarquias no que diz respeito ao seu patrimônio, salvo os impostos sobre a produção e a circulação de bens, a menos que estes se destinem ao seu patrimônio. Nº 1001

Sugere normas que atribuam ao Congresso Nacional a competência para escolher os ministros do Tribunal de Contas da União, substituindo a vitaliciedade por mandatos de 5 (cinco) anos de duração. Nº 1002

Sugere norma que torne obrigatória a destinação de 20% da área dos imóveis rurais, classificados como latifúndios, ao cultivo de produtos alimentícios. Nº 1256

Sugere dispositivos sobre a extensão da imunidade parlamentar aos Vereadores, incluindo

a inviolabilidade no exercício do mandato. Nº 1751

Sugere que, dos recursos captados pelo Sistema Bancário Nacional, em depósitos ou por via de cadernetas de poupança, 20% (vinte por cento), no mínimo, sejam aplicados em projetos de desenvolvimento regional. Nº 1752

Sugere seja mantida a instituição do júri para julgamento dos crimes dolosos contra a vida, sendo irrecuráveis suas decisões absolutórias. Nº 1753

Sugere normas que disponham sobre a não-incidência do Imposto de Renda sobre férias, abono, assiduidade, licenças-prêmio ou outras vantagens convertidas em espécie. Nº 1929

Sugere que, na composição dos Tribunais de Justiça, um quinto dos lugares seja preenchido por advogados em efetivo exercício da profissão, por membros do Ministério Público e por serventuários ou funcionários da Justiça, portadores de título de Bacharel em Direito, todos de notório merecimento e idoneidade moral e que tenham no mínimo 10 (dez) anos de prática forense ou atividade correlata; que os cargos a eles reservados sejam preenchidos por indicação em lista sêxtupla. Nº 1930

Sugere que na declaração de rendimentos, de renda predominante de salários, a pessoa física possa deduzir o imposto retido na fonte. Nº 1931

Sugere normas dispondo que, para efeito do cálculo do Imposto de Renda de pessoa física, as contribuições feitas em favor de entidades de previdência privada e os juros pagos ao Sistema Financeiro da Habitação sejam integralmente aproveitados em favor do declarante; que a Receita Federal estabeleça percentual de abatimento do Imposto de Renda igual para todos os aposentados, independentemente de sua faixa etária; que alterações do IR sejam submetidas ao Congresso Nacional. Nº 1932

Sugere a admissão de menores de 18 e maiores de 12 anos nos serviços da administração direta e indireta da União, dos Estados e dos Municípios, respeitados os princípios da lei trabalhista. Nº 1933

Sugere normas dispondo sobre a demissão de funcionários públicos vitalícios e estáveis. Nº 1934

Sugere normas dispondo sobre a oficialização das serventias de foro judicial e extrajudicial. Nº 1935

Sugere que os proventos do aposentado da União, do Estado ou do Município tenham composição de vencimentos e vantagens pecuniárias igual ao do respectivo cargo dos servidores da ativa, ficando estabelecida a paridade salarial entre as duas classes. Nº 1936

ODACIR SOARES (PFL) — Sugere que todo ato normativo da administração seja previamente publicado para ciência dos interessa-

dos, os quais apresentarão defesa de seus interesses em audiência pública obrigatória. Nº 1078

Sugere que as Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados publiquem todos os projetos sobre os quais tenham que deliberar, para os fins que determina. Nº 1079

Sugere que o poder público crie mecanismos de proteção aos interesses do consumidor, na forma que define. Nº 1080

Sugere que caiba recursos para órgão administrativo colegiado das decisões dos órgãos singulares da administração pública de que resultem lesões ou ônus a direitos ou interesses, rendas ou bens, atividades de produção ou serviços, individuais ou coletivos. Nº 1081

Sugere que a lei disponha sobre a criação de um conselho paritário, composto de representantes do Governo, do setor produtivo e do povo nas entidades governamentais de proteção e fiscalização do meio ambiente. Nº 1082

Sugere que o poder público incentive a pesquisa, o ensino, a experimentação científica e tecnológica, e que quaisquer limitações a essas atividades sejam estabelecidas somente mediante lei complementar. Nº 1083

Sugere normas que regulem a intervenção do Estado no domínio econômico, conforme específica. Nº 1084

Sugere direitos iguais a todos os trabalhadores que desempenham atividades iguais, independentemente do regime jurídico ou do vínculo empregatício; que sejam adotados os mesmos critérios para admissão, promoção e dispensa do trabalhador. Nº 1275

Sugere norma vedando a senadores, deputados federais, deputados estaduais e vereadores o exercício de cargo, função ou emprego remunerados nas entidades que enumera, excetuando os cargos que especifica. Nº 1759

Sugere normas de proteção à família. Nº 1963

Sugere que o Estado assegure assistência social gratuita a todas as pessoas carentes e desenvolva política de promoção social que torne efetiva a igualdade de todos perante a lei. Nº 1964

ONOFRE CORRÊA (PMDB) — Sugere que a aposentadoria do trabalhador rural seja concedida a mais de um membro da unidade familiar e nunca seja inferior a um salário mínimo. Nº 1965

Sugere que o trabalhador rural seja aposentado aos (cinquenta e cinco) 55 anos de idade se do sexo feminino, ou aos (sessenta) 60 de do sexo masculino. Nº 1966

Sugere normas estendendo ao trabalhador rural o direito a percepção do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, na forma que a lei estabelecer. Nº 1967

Sugere normas dispondo que o trabalhador rural faça jus a todos os direitos e benefícios

concedidos pela Previdência Social ao trabalhador urbano. Nº 1968

OSCAR CORRÊA (PFL) — Sugere definições de tributos, competência tributária, papel da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, impedimentos e isenções. Nº 1600

OSMAR LEITÃO (PFL) — Sugere não haja incidência de Imposto de Renda sobre pensões, proventos da inatividade e soldo da reserva remunerada. Nº 1276

Sugere que nenhum servidor inativo do Serviço Público federal, estadual e municipal receba proventos inferiores aos vencimentos e demais vantagens pagas aos funcionários de igual nível em atividade. Nº 1277

Sugere e enumera direitos que devem ser assegurados aos menores de idade. Nº 1601

Sugere normas sobre o alistamento eleitoral dos militares. Nº 1602

Sugere que se promova a melhoria do nível de vida no campo, especialmente em propriedades de até 20 hectares de terra, através dos incentivos que enumera. Nº 1603

OSMIR LIMA (PMDB) — Sugere norma que disponha sobre o alistamento eleitoral, estabelecendo como facultativos o voto e o alistamento, e como eleitores os brasileiros que, à data da eleição, contem dezesseis anos de idade. Nº 1004

OSVALDO BENDER (PDS) — Sugere norma que assegure ao trabalhador brasileiro o direito à estabilidade no emprego, ou ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Nº 1003

Sugere disposições sobre a nomeação de ministros do Supremo Tribunal Federal e de juízes federais. Nº 1604

Sugere que a proteção do meio ambiente seja da responsabilidade dos Municípios, cabendo ao Congresso Nacional e elaboração da lei que regulamentará a forma pela qual a União coordenará junto às prefeituras o cumprimento das leis de proteção ambiental. Nº 1605

OSWALDO LIMA FILHO (PMDB) — Sugere seja competência do Poder Legislativo aprovar previamente, por voto secreto, a escolha dos titulares dos cargos que enumera. Nº 1278

Sugere norma que disponha sobre as condições de elegibilidade. Nº 1279

Sugere norma sobre o regime das sociedades cooperativas, sua constituição, atuação, administração e acesso aos incentivos fiscais, nas condições que estabelece. Nº 1280

Sugere seja vedada a instituição de alçada judicial com base em discriminação monetária, de modo a evitar violação das regras de isonomia no Poder Judiciário. Nº 1281

Sugere que nenhum funcionário ou servidor público de qualquer categoria da administração direta, indireta, das autarquias ou empresas públicas, da União, dos Estados e Municípios, possa perceber, a qualquer título, vencimentos ou proventos superiores a 40 (quarenta) salários mínimos. Nº 1282

Sugere jornada de trabalho semanal de 40 (quarenta) horas e diária de 8 (oito), com intervalo para descanso, salvo casos especiais previstos em lei. Nº 1283

Sugere que a direção de todos os órgãos executores da política de preços mínimos dos produtos agrícolas seja composta de representantes dos trabalhadores rurais e dos empresários rurais, na forma que estabelece. Nº 1606

Sugere que os Estados e Municípios destinem 50% das áreas dos logradouros públicos à produção comunitária de alimentos. Nº 1607

OTTOMAR PINTO (PTB) — Sugere normas que definam o papel das Forças Armadas. Nº 1076

Sugere que o Conselho de Segurança Nacional seja o órgão de mais alto nível na assessoria direta ao Presidente da República, para assuntos de segurança nacional, e determina normas sobre sua organização. Nº 1077

PAES DE ANDRADE (PMDB) — Sugere normas sobre o direito de manifestação de pensamento, liberdade de informação e fixação de faixas etárias de caráter classificatório para o teatro e o cinema. Nº 1005

Sugere normas que disponham sobre a aplicação de penalidades aos juízes que deixarem de despachar os processos a eles distribuídos, nos prazos estabelecidos em lei. Nº 1087

Sugere seja dever da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de todo cidadão, das firmas, empresas e associações de classe, sociedades civis e culturais, a proteção dos fundamentos naturais da vida bem como a preservação e restauração da paisagem e da natureza. Nº 1288

Sugere plena liberdade de convicção filosófica, vinculada, ou não, a sistemas científicos ou religiosos, bem como a liberdade de reunião para estudos, divulgação e prática dos postulados desses sistemas, desde que preservados a ordem pública e os bons costumes. Nº 1289

Sugere seja assegurado o direito de representação e de petição aos poderes públicos em defesa do direito e contra abusos de autoridade e que os cidadãos ou associações e sindicatos possam propor às Câmaras Municipais, às Assembleias Legislativas e à Câmara dos Deputados Projetos de Lei e Resoluções. Nº 1290

Sugere que lei federal disponha sobre a criação, instalação e expansão de cidades e vilas determinando condições de: propriedade e aproveitamento do solo; clima, salubridade, abastecimento, topografia, transporte e comunicação. Nº 1291

Sugere norma sobre a defesa contra os efeitos da seca no Nordeste e a destinação de recursos da União para obras e serviços de assis-

tência econômica e social. Nas condições que estabelece. Nº 1292

Sugere que a iniciativa das leis atualmente consignadas como da competência exclusiva do Presidente da República passem a ser da competência cumulativa deste e do Legislativo. Nº 1611

Sugere que ninguém seja prejudicado ou privilegiado por qualquer tipo de discriminação. Nº 1612

Sugere e define as sanções que devem atingir os condenados por crime contra a administração pública. Nº 1613

Sugere que o crime de tortura seja imprescritível e inaniistável. Nº 1614

Sugere a isenção de impostos federais, estaduais e municipais para: templos, publicações periódicas; livro; papel destinado à impressão; entidades assistenciais beneficentes; empresas de radiodifusão e agências noticiosas. Nº 1615

Sugere que os salários sejam isentados do Imposto de Renda, cabendo às empresas responder pela contribuição percentual relativa aos que recebem acima de 15 salários mínimos. Nº 1616

Sugere que as empresas mistas e estatais fiquem sujeitas, nas mesmas condições dos demais órgãos, ao exame de suas contas pelo Tribunal de Contas da União e que nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios o exame fique a cargo dos órgãos de contas locais. Nº 1617

Sugere que sejam garantidos ao consumidor o preço justo, as condições higiênicas do produto e a qualidade dos bens e serviços. Nº 1618

Sugere que seja dever do Estado a preservação do meio ambiente, na forma que especifica. Nº 1619

Sugere que se assegure aos professores aposentadoria, com proventos integrais, aos 25 anos de serviço no magistério federal, estadual ou municipal. Nº 1620

Sugere a sujeição de todos, indistintamente, ao imposto de renda, sem qualquer privilégio a pessoas físicas ou jurídicas. Nº 1621

Sugere que aquele que tenha contribuído para a previdência social em qualquer época, mesmo perdendo o vínculo, beneficie-se de uma aposentadoria proporcional ao período de recolhimento, na forma que estabelece. Nº 1622

Sugere a isenção de impostos para os produtos vendidos pelos produtores diretamente aos consumidores. Nº 1623

Sugere que o acesso à universidade se faça automaticamente com a apresentação do certificado de conclusão do segundo grau. Nº 1624

Sugere que sejam instalados, no prazo máximo de 6 (seis) meses, seções do Tribunal Federal de Recursos nos Estados do Rio de Ja-

neiro, São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Nº 1625

Sugere seja considerado rejeitado projeto do Poder Executivo quando decorrer o prazo de sua votação. Nº 1626

Sugere normas sobre condições de naturalização de estrangeiros. Nº 1627

Sugere sejam garantidas aos parlamentares as seguintes liberdades: de exercício do mandato; de palavra e de voto; de manifestação de opinião, dentro ou fora da sede do Legislativo. Nº 1628

Sugere que os Estados fiquem obrigados a instalar colônias agrícolas ou industriais de recuperação para presidiários, em todos os municípios com população superior a quinhentos mil habitantes. Nº 1629

Sugere que os municípios possam organizar sua guarda municipal sob os critérios que define. Nº 1630

Sugere que a autonomia municipal seja assegurada através da eleição direta do prefeito, do vice-prefeito e dos vereadores, e de outros critérios que menciona. Nº 1631

Sugere que seja assegurado o direito à educação gratuita em todos os níveis, destinando-se, obrigatoriamente, 20% (vinte por cento) da receita orçamentária da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios para o ensino. Nº 1632

Sugere a fixação de prazo para que o Ministério do Interior delimite as áreas indígenas a serem demarcadas. Nº 1633

Sugere que sejam gratuitos todos os atos e registros necessários ao exercício da cidadania. Nº 1634

Sugere que não haja pena de morte: de prisão perpétua e de banimento. Nº 1635

Sugere que os atos administrativos dos órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, inclusive da administração indireta e fundações, que tenham por objeto a restrição ou extinção de direitos ou aplicação de recursos públicos, só tenham validade e eficácia se publicados em veículo oficial de comunicação. Nº 1760

Sugere seja assegurado a todos o direito de ampla defesa contra ato de administração pública que limite ou extinga direitos, bem como contra a prática de ilícito imputada a qualquer pessoa. Nº 1761

Sugere seja plena a liberdade de convicção filosófica, bem como a liberdade de reunião para estudo, divulgação e prática dos seus postulados, desde que preservada a ordem pública e os bons costumes. Nº 1762

PAULO DELGADO (PT) — Sugere que seja atribuído ao Estado a proteção aos portadores de deficiência física. Nº 1608

Sugere que o dano ecológico e a poluição ambiental causados por empresas industriais

sejam punidos com o confisco patrimonial, na forma da lei. Nº 1609

PAULO PAIM (PT) — Sugere que a Constituição assegure aos trabalhadores o direito à integração na vida e no desenvolvimento da empresa através da participação nos lucros, em função do tempo de serviço, do salário, da assiduidade e da eficiência, conforme o estabelecido em lei. Nº 1293

PAULO ZARZUR (PMDB) — Sugere seja vedado ao Presidente da República editar decretos-leis. Nº 1006

Sugere norma assegurando aos trabalhadores rurais o direito de receber o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Nº 1007

Sugere norma que estabeleça como competência privativa do poder legislativo a concessão de anistia, mesmo a relativa a crimes políticos. Nº 1008

Sugere norma que vede a utilização, pelo Poder Executivo, da figura do decurso de prazo para a aprovação de matérias de seu interesse. Nº 1009

Sugere normas sobre a convocação extraordinária do Congresso Nacional. Nº 1085

Sugere que o sufrágio seja universal e o voto direto e secreto, não podendo alistar-se eleitores os que não saibam exprimir-se na língua nacional e os que estiverem privados dos direitos políticos. Nº 1086

Sugere que a exploração e o aproveitamento das jazidas, minas e demais recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica dependam de autorização ou concessão federal, na forma da lei, dadas exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no País, com maioria de capital nacional. Nº 1294

Sugere que a ordem econômica e social tenha por fim realizar o desenvolvimento nacional e a justiça social, com base nos princípios de repressão ao abuso do poder econômico, nas condições que estabelece. Nº 1295

Sugere que o Estado organize e explore diretamente a atividade econômica sempre que houver tendência de monopólio em qualquer área da iniciativa privada. Nº 1610

POMPEU DE SOUZA (PMDB) — Sugere que a empresa pública ou privada, com propriedade ou controle de veículo jornalístico de qualquer espécie seja obrigada a instituir e manter em permanente funcionamento um conselho editorial, nas condições que estabelece. Nº 1296

Sugere que o Estado assegure a preservação dos valores, características e criações da cultura, tanto erudita quanto popular, respeitando as peculiaridades regionais no País. Nº 1297

Sugere que o Congresso Nacional mantenha integralmente sua competência de poder constituinte para elaborar, votar e promulgar, em caráter e regime preferenciais, toda a legislação complementar prevista no novo texto constitucional. Nº 1298

Sugere que projetos de lei de iniciativa popular, desde que subscritos por 30.000 (trinta mil) cidadãos documentadamente identificados, tenham curso legislativo regular, se obtiverem parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça da Casa do Congresso Nacional onde tenham sido apresentados. Nº 1299

Sugere que qualquer violação ou descumprimento de disposição constitucional, por parte de titular ou agente do Poder Público, seja objeto de responsabilidade penal, cabendo a qualquer cidadão a iniciativa do processo cuja instauração independa de autorização do órgão a que pertença o autor da ofensa. Nº 1300

Sugere que lei complementar formule carta dos direitos humanos da população do Brasil, que assegure efetivamente a todos os habitantes do País, além de outros, os direitos de: habitação, trabalho, estabilidade no emprego, justa remuneração, plena capacidade de reivindicação, saúde, educação, informação, liberdade de crítica, segurança, recreação e lazer. Nº 1301

Sugere que legislação complementar — civil e criminal — garanta o banimento de todos os desnivelamentos sociais e individuais, de qualquer natureza, decorrentes da discriminação de sexo, etnia, credo, cor ou classe. Nº 1302

Sugere seja assegurada a liberdade de manifestação do pensamento e de criação e expressão pela arte, sob qualquer forma, processo ou vinculação; que lei complementar regule as diversões e espetáculos, nas condições que estabeleça. Nº 1303

RAIMUNDO BEZERRA (PMDB) — Sugere que caiba ao Poder Público estabelecer normas e diretrizes para o setor de saúde e medicina preventiva, assegurando a todos o acesso a toda forma de tratamento, priorizando a medicina preventiva. Nº 1016

RICARDO IZAR (PFL) — Sugere que o serviço militar seja obrigação de todos os brasileiros, com os encargos e isenções que menciona. Nº 1636

Sugere que seja estendido aos cabos e soldados profissionais o direito de votar e de ser votado, excluídos os que prestam serviço militar inicial. Nº 1637

ROBERTO BRANT (PMDB) — Sugere normas que disponham sobre a competência dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios para assegurar a manutenção da ordem pública, nos limites do seu território, e para organizar as suas polícias militares. Nº 1788

Sugere norma que estabeleça como competência da União legislar sobre armamento, justiça e garantias das polícias militares e sobre as condições de utilização destas pelo Governo Federal nos casos de mobilização ou de guerra. Nº 1789

ROBERTO D'AVILA (PDT) — Sugere que todos sejam considerados iguais perante a lei,

sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso, convicção política e condição social ou econômica, devendo o Estado promover a igualdade social, econômica e cultural da pessoa humana, nas condições que estabeleça. Nº 1304

ROBERTO JEFFERSON (PTB) — Sugere que as eleições sejam realizadas no dia 15 (quinze) de novembro e os eleitos tomem posse no dia 1º (primeiro) de janeiro do ano seguinte. Nº 1763

Sugere que os ocupantes de cargos executivos possam candidatar-se à reeleição apenas uma vez. Nº 1764

Sugere que as imunidades concedidas aos parlamentares federais sejam extensivas, em todo Território Nacional, aos Deputados Estaduais. Nº 1765

Sugere que os estabelecimentos bancários e as instituições financeiras sejam obrigados a aplicar, no mínimo, 40% (quarenta por cento) de seus lucros em financiamentos para o setor agropecuário e para as pequenas e microempresas. Nº 1766

Sugere que a concessão e a renovação de cartas-patentes, para os estabelecimentos bancários e para as instituições financeiras sejam da competência da União, mediante lei do Congresso Nacional. Nº 1767

Sugere que o Presidente do Banco do Brasil seja escolhido pelo Senado Federal, em lista triplíce apresentada pelo Presidente da República, para um mandato de 7 (sete) anos. Nº 1768

Sugere que o Distrito Federal seja administrado por um Prefeito e por uma Câmara de Vereadores, eleitos pelo povo. Nº 1769

Sugere que só possam instituir Tribunais de Contas os Municípios com população superior a um milhão de habitantes, de modo a promover a descentralização e facultar maior controle e fiscalização dos dinheiros e bens públicos. Nº 1770

Sugere que o Congresso Nacional se reúna, ordinariamente, de 1º de fevereiro a 15 de julho e de 1º de agosto a 15 de dezembro. Nº 1771

Sugere isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, para as vendas de veículos aos motoristas de táxi, para uso exclusivo no exercício da profissão. Nº 1772

Sugere que os proventos de aposentados e pensionistas não sejam inferiores aos devidos ao titular do cargo em atividade. Nº 1773

Sugere que a aposentadoria seja compulsória aos 70 (setenta) anos de idade e facultativa após 30 (trinta) anos de efetivo exercício, sendo permitido ao servidor aposentar-se com proventos proporcionais após 10 (dez) anos de efetivo exercício. Nº 1774

Sugere que as Polícias Rodoviária Federal, Ferroviária e Portuária passem a integrar a estrutura administrativa do Ministério da Justiça. Nº 1775

Sugere que as proposições que tenham sua tramitação sob o regime do decurso de prazo sejam consideradas rejeitadas se, ao término deste, não tiverem sido apreciadas. Nº 1776

Sugere normas dispondendo sobre a dissolução das Polícias Militares, nos termos que estabeleça. Nº 1777

Sugere normas dispondendo sobre a convocação extraordinária do Congresso Nacional, nos casos que estabeleça. Nº 1778

Sugere que matéria vetada pelo Presidente da República seja submetida ao voto secreto dos membros do Congresso Nacional, nos termos que estabeleça. Nº 1779

Sugere seja da competência exclusiva do Presidente da República a iniciativa das leis que disponham sobre o orçamento e que fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas. Nº 1780

Sugere normas dispondendo sobre prerrogativas de Deputados e Senadores. Nº 1781

Sugere caiba ao Presidente da República a livre escolha dos Ministros de Estado e dos dirigentes dos órgãos da administração direta e indireta, e que o Congresso Nacional possa manifestar ao Presidente da República sua desconfiança em relação a estas autoridades, que deverão ser imediatamente exoneradas. Nº 1782

Sugere que a maioria civil e a responsabilidade penal tenham início aos 18 (dezoito) anos de idade. Nº 1783

Sugere competência à União para explorar, diretamente ou mediante permissão ou concessão, os serviços de telecomunicações e que qualquer ato de concessão, permissão ou renovação dependa de lei aprovada pelo Congresso Nacional. Nº 1784

Sugere que toda e qualquer negociação que importe em endividamento externo deva ser previamente aprovada pelo Congresso Nacional. Nº 1785

Sugere norma que disponha sobre a criação da Justiça Militar Estadual para processar e julgar, nos crimes militares definidos em lei, os integrantes das Polícias Militares. Nº 1786

RUBEN FIGUEIRÓ (PMDB) — Sugere normas que disponham sobre a organização e atribuições dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário; sobre a função social da propriedade, o desenvolvimento regional, os direitos dos trabalhadores e servidores públicos, a reestruturação do Sistema Tributário Nacional, a educação, a herança e sobre a ecologia. Nº 1017

Sugere a instituição de eleições diretas para governador do Distrito Federal em Pleito Nacional e coincidente com a eleição do Presidente e do vice-Presidente da República. Nº 1305

Sugere que a lei assegure ao consumidor, dentre outros, o direito à educação para o consumo, bem como o de fazer-se ouvir pe-

rante os poderes constituídos sobre as questões que digam respeito à sua defesa. Nº 1787

RUY BACELAR (PMDB) — Sugere que conste do currículo escolar de todos os graus de ensino a disciplina ecologia e defesa do patrimônio natural, étnico e cultural do Brasil. Nº 1014

Sugere seja dever da sociedade e do Estado assegurar alimentação, saúde, educação, lazer e acesso à cultura a todos os menores. Nº 1015

Sugere se assegure a isonomia salarial entre homens e mulheres, e a punição por lei à discriminação salarial em razão de sexo ou de estado civil. Nº 1088

Sugere seja assegurada estabilidade no emprego à mulher gestante, desde a concepção até 180 dias após o nascimento. Nº 1089

Sugere que o exercício dos poderes e deveres inerentes ao pátrio poder caiba igualmente ao pai e à mãe, independentemente da natureza jurídica da filiação. Nº 1090

Sugere norma que estabeleça a igualdade entre o homem e a mulher perante a lei, na forma que define. Nº 1091

Sugere que caiba à União a promoção do zoneamento ambiental dos territórios, do mar territorial e da zona costeira, nas condições que estabelece. Nº 1092

Sugere que toda pesquisa estrangeira sobre patrimônio mineral, geológico, espeleológico, etnológico, lingüístico, arqueológico e outros, em território nacional, seja autorizada pela União e tenha a participação nacional, sendo o material coletado patrimônio do Brasil. Nº 1093

Sugere normas sobre o espaço territorial brasileiro, sua composição física e ecológica, e formas de seu uso sócio-econômico. Nº 1094

RUY NEDEL (PMDB) — Sugere que seja criado um Estado indígena, cuja área geográfica seja o conjunto das terras demarcadas, com ordenamento jurídico específico; sejam tomados nulos os atos de qualquer natureza que tenham por objetivo o domínio, a posse, ou uso, a ocupação ou a concessão de terras ocupadas pelos indígenas; que o direito de ação para nulidade e a extinção dos atos concessivos seja contra os poderes públicos. Nº 1010

Sugere que latifúndios desapropriados para fins de reforma agrária só possam ser explorados na forma cooperativa ou coletiva; que processos de colonização possam efetuar distribuição de terra pelo sistema de financiamento, resgatável com produtos, no prazo de 15 anos e que seja assegurado ao trabalhador rural o direito de financiamento de até 25 ha. Nº 1011

Sugere norma que estimule e assegure o sistema cooperativo, vedando à União, aos Estados e aos Municípios instituir tributos sobre o ato cooperativo. Nº 1012

Sugere norma vedando a exploração direta ou indireta, por parte de empresas, pessoas

e capitais de procedência estrangeira, dos serviços de assistência à saúde. Nº 1013

SADIE HAVACHE (PFL) — Sugere que seja assegurada à mulher aposentadoria com salário integral aos vinte e cinco anos de trabalho ou, por velhice, aos cinquenta anos de idade. Nº 1018

Sugere normas dispondo sobre a organização da assistência judiciária nos Estados, nos termos e condições que estabelece. Nº 1791

Sugere normas dispondo sobre a Justiça Militar, sua composição e competências. Nº 1792

Sugere normas dispondo sobre o Conselho de Segurança Nacional, sua definição e composição. Nº 1793

Sugere que as polícias militares e os corpos de bombeiros sejam considerados forças auxiliares reservas do Exército, competindo à União legislar sobre os mesmos. Nº 1794

Sugere seja concedido "habeas corpus", quando houver ameaça à liberdade de locomoção, ilegalidade ou abuso de poder. Nº 1969

Sugere norma sobre a destinação constitucional das Forças Armadas, sua organização, estrutura e competência. Nº 1970

Sugere norma sobre alistamento e elegibilidade dos militares. Nº 1971

Sugere que todos os brasileiros sejam obrigados à prestação do serviço militar, isentando, em tempo de paz, as mulheres e os eclesiásticos. Nº 1972

SALATIEL CARVALHO (PFL) — Sugere sejam eleitores os brasileiros que, à data de eleição, contem dezesseis anos ou mais, alistados na forma da lei. Nº 1306

SAMIR ACHÔA (PMDB) — Sugere que o Poder Público conceda aos estudantes carentes de nível médio e superior bolsas de estudo integrais nas escolas particulares onde se encontrem matriculados, nas condições que estabelece. Nº 1790

Sugere que, após a promulgação da Constituição, o Congresso Nacional inicie a elaboração do código de defesa dos consumidores, nas condições que estabelece. Nº 1795

Sugere que a partir dos 16 (dezesseis) anos de idade todo o cidadão seja considerado responsável penalmente. Nº 1796

Sugere sejam alistáveis como eleitores os militares em geral, inclusive os integrantes das políticas militares. Nº 1797

Sugere tenham direito a voto os brasileiros maiores de dezoito anos, alistados na forma da Lei; que o alistamento e o voto sejam obrigatórios; que os militares sejam alistáveis nas condições que enumera; que o sufrágio popular seja universal e direto, e que o voto seja secreto. Nº 1798

SÉRGIO BRITO (PFL) — Sugere norma que disponha sobre a inelegibilidade de secretário de Estado postulante a cargo eletivo Estadual ou Federal. Nº 1019

SIQUEIRA CAMPOS (PDC) — Sugere que os idosos tenham direito à segurança econômica, condições de moradia e convívio familiar ou comunitário. Nº 1095

Sugere que o Poder Público estimule e apoie a prática de esportes e turismo como formas de aprimoramento físico e cultural da população. Nº 1638

Sugere sejam considerados estáveis os servidores da União, dos Estados e dos Municípios, da administração direta e indireta que, à data da promulgação da Constituição, contem pelo menos 5 (cinco) anos de serviço. Nº 1799

TADEU FRANÇA (PMDB) — Sugere que os Estados e Municípios recebam um percentual nunca inferior a 30% de todos os Impostos Federais recolhidos em seu território; que seja de competência exclusiva dos municípios a cobrança dos Impostos que especifica. Nº 1639

Sugere que as concessões na área de comunicação sejam aprovadas pelo Congresso Nacional, após exposições de motivos feita pelo Poder Executivo, e dá outras providências. Nº 1640

Sugere normas que disponham sobre a demarcação e titulação de áreas indígenas, incumbindo ao Estado a promoção de medidas que assegurem a identidade étnica, cultural e a sobrevivência dos índios; que seja vedada, a qualquer título, a exploração do solo ou do subsolo nas terras indígenas. Nº 1641

Sugere que haja autonomia do partido político para aceitar ou rejeitar a filiação de postulante em seus quadros; que nenhuma lei possa interferir na vida interna dos partidos. Nº 1642

Sugere o tombamento da floresta amazônica para assegurar o habitat das nações indígenas, na forma que menciona. Nº 1643

Sugere que o sistema eleitoral seja distrital, cabendo à Justiça Eleitoral fixar o número de cadeiras por distrito. Nº 1644

Sugere que seja competência exclusiva do Estado a formulação, a execução e o controle da política nacional de saúde, que seja proibida a propaganda de medicamentos, de bebidas alcólicas, de cigarros e de todos os produtos de teor tóxico, que seja concedida pelo Ministério da Previdência pensão mensal aos deficientes físicos, notadamente incapazes, ao completarem 18 anos. Nº 1645

Sugere que se reduza para 18 anos de idade o reconhecimento pleno da maioridade do cidadão e que seja constitucionalmente configurada a capacidade civil relativa dos brasileiros maiores de 16 anos de idade; que seja assegurado o direito de sufrágio a todos os brasileiros com capacidade civil e maiores de 16 anos, inclusive aos analfabetos, soldados, cabos e marinheiros. Nº 1646

Sugere normas sobre: posse e exploração do solo e do subsolo; imposto progressivo incidente sobre terreno urbano não-edificado; direito de moradia; propriedade rural; confisco de terras em poder de estrangeiros; e reforma agrária. Nº 1647

Sugere que a União destine percentual de seu orçamento global à educação e dá outras providências. Nº 1648

Sugere que os trabalhadores não sejam passíveis de demissão injustificada; que seja instituída a aposentadoria da mulher do lar; que seja definido o "salário máximo". Nº 1649

TELMO KIRST (PDS) — Sugere norma destinando o produto da arrecadação do imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores aos Estados e municípios. Nº 1650

Sugere dispositivo cancelando os débitos das sociedades de utilidade pública para com a Previdência Social. Nº 1651

Sugere norma estabelecendo que os mandatos do presidente da República, dos governadores, dos prefeitos, e dos respectivos vices sejam de 4 (quatro) anos. Nº 1652

THEODORO MENDES (PMDB) — Sugere que seja assegurado aos litigantes o direito de plena defesa, e que sejam vedados foro privilegiado e tribunal de exceção. Nº 1653

UIBIRATAN AGUIAR (PMDB) — Sugere norma que disponha sobre os proventos de inatividade dos servidores. Nº 1096

Sugere norma que disponha sobre os proventos da aposentadoria. Nº 1097

Sugere norma que disponha sobre o cômputo de tempo de serviço público para efeitos de aposentadoria, disponibilidade e percepção da gratificação quinquenal. Nº 1098

Sugere norma que disponha sobre a eleição e posse dos chefes do Executivo. Nº 1800

Sugere seja assegurado a todos os eleitores o direito de votar onde residir, nos candidatos de seu Estado de origem, facultando-se-lhes o direito de opção. Nº 1801

ULDURICO PINTO — (PMDB) — Sugere a criação do laboratório nacional, a ser mantido pela União e pelos Estados, para a produção de medicamentos básicos à saúde pública e a garantia do monopólio na importação de drogas, substâncias e insumos essenciais à indústria farmacêutica. Nº 1973

Sugere a limitação da responsabilidade civil do apenado até à órbita dos direitos alimentares dos seus dependentes menores, inclusive direitos do nascituro. Nº 1974

Sugere que seja vedada a penhora da pequena propriedade rural familiar, fazendo-a incidir sobre a safra, deduzidas as despesas de custeio. Nº 1975

Sugere que se defina como crimes os atentados, agressões e danos ao meio ambiente. Nº 1976

Sugere que todo cidadão brasileiro seja doador potencial de seu corpo, "post-mortem", salvo indicação própria, de parente ou responsável, em sentido contrário, nos termos da legislação. Nº 1977

Sugere normas dispondo que o acesso ao processo educacional seja um direito de todo brasileiro e um dever do Estado; que a educação seja gratuita e laica nos estabelecimentos públicos, em todos os níveis de ensino. Nº 1978

Sugere que se defina o papel do Estado no desenvolvimento da ciência e tecnologia, bem como a administração dos fundos destinados a este fim. Nº 1979

Sugere que se proíba a propaganda dos produtos do fumo, das bebidas alcoólicas e de quaisquer outros produtos nocivos à saúde. Nº 1980

Sugere normas que assegurem às nações indígenas o direito ao uso exclusivo das suas próprias línguas e dialetos. Nº 1981

Sugere que todas as empresas, em que trabalhem mais de 100 (cem) pessoas, sejam obrigadas a manter, em seus estabelecimentos, dependências ou circunvizinhanças, creches, escolas básicas e ensino profissionalizantes, supervisionados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Nº 1982

Sugere norma que assegure a liberdade de associação e que estabeleça critérios de proporcionalidade nas eleições para os quadros de direção de agremiações, sociedades e sindicatos. Nº 1983

Sugere que a tortura, a qualquer título, constitua crime inafiançável e insuscetível de anistia e prescrição. Nº 1984

Sugere que a lei não exclua da apreciação do Poder Judiciário qualquer ação a direito ou interesse individual, coletivo ou difuso. Nº 1985

Sugere que a política externa brasileira seja fundamentada nos princípios de paz, harmonia e cooperação entre os povos. Nº 1986

VALMIR CAMPELO (PFL) — Sugere que seja dever do estado o amparo às pessoas idosas, a responsabilidade pela criação e manutenção de abrigos a elas destinados. Nº 1020

VICENTE BOGO (PMDB) — Sugere seja admitida a iniciativa legislativa popular, mediante projeto articulado e acompanhado de, no mínimo, 30 (trinta) mil assinaturas, com a identificação eleitoral dos subscritores, de forma a promover a democratização da capacidade de propor leis. Nº 1803

VICTOR FACCIÓNI (PDS) — Sugere a instituição do sistema distrital misto, majoritário e proporcional para a eleição de deputado federal, estadual e de vereadores. Nº 1021

Sugere norma que disponha sobre as polícias militares, sua organização, instrução, justiça, garantias e condições gerais de sua convocação, inclusive mobilização. Nº 1022

Sugere dispositivo assegurando aos militares, inclusive cabos e soldados das polícias, o alistamento eleitoral. Nº 1023

Sugere que os membros do Ministério Público que exerçam a advocacia possam optar pela aposentadoria no cargo, dentro de sessenta dias da data da promulgação da Constituição. Nº 1024

Sugere norma considerando crimes de responsabilidade os atos do presidente da República que atentem contra a Constituição e contra o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes Constitucionais dos Estados. Nº 1025

Sugere norma assegurando aos acusados ampla defesa, proibindo foro privilegiado e tribunais de exceção; e caiba ao Ministério Público ação penal pública. Nº 1026

Sugere norma incumbindo o Ministério Público de fiscalizar, junto à justiça do trabalho, o cumprimento dos direitos trabalhista e coletivos. Nº 1027

Sugere norma garantindo ao Ministério Público e à Ordem dos Advogados do Brasil o quinto da representação nos Tribunais de Justiça nos Estados, e assegure a essas duas instituições o direito de indicar os respectivos representantes através de lista triplíce. Nº 1028

Sugere norma que vede a União intervir nos Estados, salvo para exigir a observância das garantias do Poder Judiciário e do Ministério Público. Nº 1029

Sugere norma considerando crimes de responsabilidade os atos do governador que atentem contra a Constituição do Estado, especialmente contra o livre exercício dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público Estadual. Nº 1030

Sugere normas relativas à organização do Ministério Público da União, dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, da Procuradoria Geral da República e da Promotoria Geral. Nº 1031

Sugere normas sobre a defesa do consumidor. Nº 1655

Sugere que lei federal disponha sobre a legitimação da posse e transferência de terras públicas, nos termos e nas condições que estabelece. Nº 1662

VICTOR FONTANA — (PFL) — Sugere que seja instituída a contribuição para eliminação ou controle de atividade poluente, nas condições que menciona. Nº 1656

Sugere que lei complementar estabeleça a contribuição para a seguridade social do homem e da mulher que trabalham no meio rural, e assegure a aposentadoria e benefícios

da previdência social urbana a esses trabalhadores. Nº 1657

Sugere que o Presidente da República seja auxiliado por, no máximo, 10 (dez) Ministros de Estado. Nº 1658

Sugere norma atribuindo ao Senado Federal competência privativa para suspender, total ou parcialmente, a vigência de atos normativos da administração pública federal, direta ou indireta, que exorbitem do poder de regulamentar ou dos limites da delegação legislativa. Nº 1659

Sugere que seja permitido aos Estados criar, em cada Município, justiça de paz temporária, com a composição e as atribuições que define. Nº 1660

Sugere que no intervalo das sessões legislativas funcione comissão permanente do Congresso Nacional, para fins que estabelece. Nº 1661

Sugere norma vedando a desapropriação de propriedades com cobertura florestal econômica e ecologicamente representativas para fins de reforma agrária. Nº 1663

Sugere seja o trabalhador integrado na vida e no desenvolvimento da empresa e tenha participação obrigatória nos lucros da mesma. Nº 1664

Sugere norma determinando os percentuais da receita resultante de impostos que devem ser aplicados na manutenção e no desenvolvimento do ensino. Nº 1665

VILSON SOUZA — PMDB — Sugere que o Poder Judiciário seja exercido pelos órgãos que enumera. Nº 1654

Sugere normas dispoendo sobre o Poder Legislativo, sua composição e estruturação, nos termos que estabelece. Nº 1802

Sugere dispositivos estipulando forma de eleição, prazo de mandato, data de posse, competência e atribuições do presidente da República. Nº 1808

Sugere a criação de um Conselho de Estado que funcione como órgão superior de consulta do presidente da República. Nº 1809

Sugere normas sobre a organização e estrutura da Presidência da República, do Conselho de Estado e do Governo, nos termos que estabelece. Nº 1810

VINICIUS CANSANÇÃO — PFL — Sugere normas sobre a organização e competências do Poder Legislativo, nas condições que estabelece. Nº 1284

Sugere normas que disponham sobre a remuneração, os subsídios e demais vantagens pecuniárias de deputados e senadores, sujeitando-os à legislação do Imposto de Renda. Nº 1285

Sugere que os deputados e senadores sejam invioláveis durante o mandato, por suas opiniões, palavras e votos, não podendo ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, desde a diplomação até a instalação da legislatura seguinte. Nº 1286

Sugere normas que disponham sobre o Poder Legislativo e que vedem a senadores e deputados o exercício das atividades que menciona. Nº 1804

Sugere dispositivo sobre o Poder Legislativo, mais especificamente sobre a Câmara dos Deputados. Nº 1805

Sugere dispositivos sobre o Poder Legislativo, em especial sobre o mandato parlamentar e dá outras providências. Nº 1806

VIRGILDÁSIO DE SENNA — PMDB — Sugere que os cargos iniciais e finais de carreira da magistratura sejam providos mediante concurso público de provas e títulos, cabendo à lei fixar os requisitos para habilitação. Nº 1287

VIRGÍLIO TÁVORA — PDS — Sugere que o mandato do atual presidente da República termine em 15 de março de 1991. Nº 1099

Sugere seja assegurado aos povos indígenas o direito à posse e ao usufruto das terras por eles ocupadas. Nº 1666

Sugere que lei complementar disponha sobre a inelegibilidade. Nº 1807

Sugere que as Forças Armadas tenham por missão garantir a soberania e a independência do País, defender sua integridade territorial e segurança nacional; que o serviço militar seja obrigatório, ressalvado o direito de, em tempo de paz, alegar-se imperativo de consciência para eximir-se de sua obrigação; que a lei estabeleça a prestação, em tempo de paz, de serviços civis de interesse nacional, como alternativa ao serviço militar. Nº 1987

Sugere norma dispoendo sobre a família, em especial sobre o parentesco, os filhos, o casamento, o planejamento familiar, a maternidade, a infância, a adolescência, o idoso, nos termos e condições que estabelece. Nº 1988

WALDEC ORNÉLAS (PFL) — Sugere dispositivos sobre a organização nacional; sobre a Federação, bem como sobre a criação, organização e competência dos Municípios. Nº 1307

SUGESTÕES APRESENTADAS DE ENTIDADES

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO — Dilton Lyrio, Presidente — Sugere subsídios gerais à elaboração da nova Constituição. Nº 1861

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO — (Deputado Estadual Tonico Ramos subscrito por unanimidade dos 84 Leg.) — Sugere que a aposentadoria do homem do campo seja concedida aos 55 anos de idade e totalize um salário mínimo, estendido tal direito também às mulheres. Nº 1849

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS DETETIVES PROFISSIONAIS PARTICULARES SUPERVISORES, INSPETORES E AGENTES DE SEGURANÇA - ABDPSIAS — Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais — Sugere a regulamentação da profissão de dete-

tive profissional, nas condições que estabelece. Nº 1855

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS DETETIVES PROFISSIONAIS PARTICULARES, SUPERVISORES, INSPETORES E AGENTES DE SEGURANÇA - ABDPSIAS — José Antonio Nunes da Silva — Presidente Nacional — Sugere a regulamentação da profissão de detetive profissional, nas condições que estabelece. Nº 1864

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE COLINAS DE GOIÁS, Ruidelmar Limeira Borges, Presidente — Sugere dispositivo que discipline a criação do Estado do Tocantins. Nº 1856

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR DE NOVO ACORDO-GO — Eliacena Moura Leitão, Presidente — Sugere a criação do Estado do Tocantins, pelo des-

membramento de parte do Estado de Goiás, abrangindo os municípios que enumera. Nº 1848

ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA MILITAR FEDERAL — Lourdes Maria Celso do Valle, Presidente — Sugere a inclusão do advogado de ofício, ou seja, do defensor público da Justiça Militar, na composição do Superior Tribunal Militar. Nº 1841

Sugere que a Assistência Judiciária seja regida por lei orgânica própria e dotada de prerrogativas que garantam seu pleno exercício. Nº 1865.

Sugere normas sobre a organização da Assistência Judiciária. Nº 1867.

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE SOBRADINHO, DISTRITO FEDERAL — Mário Ricardo, Presidente — Sugere a realização ur-

gente de eleições diretas, pelo voto secreto, para governador, vice-governador, deputados estaduais, vereadores e prefeitos, em todo o Distrito Federal. Nº 1838

CÂMARA MUNICIPAL DE CAROLINA — MA — G. Rodrigues Lopes, Vereador — Sugere dispositivo que discipline a criação do Estado do Maranhão do Sul. Nº 1858

CÂMARA MUNICIPAL DE ESTREITO — MA — Rosa Nira Santos da Silva, Presidenta — Sugere dispositivo que discipline a criação do Estado do Maranhão do Sul. Nº 1860

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO — MA — Roberval Dias da Silva, Presidente — Sugere dispositivo que discipline a criação do Estado do Maranhão do Sul. Nº 1859

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS — SP — Jairo Pintos, Presidente — Sugere a reformulação das Forças Armadas e a extinção do SNI, nas condições que estabelece. Nº 1853.

Sugere dispositivo sobre a concessão do direito de voto aos militares. Nº 1871

Sugere que sejam aprovadas alterações no cálculo de aposentadoria. Nº 1872

CÂMARA DE VEREADORES DE CRICIÚMA — SC — Ademir Ugoni, Presidente — Sugere que se estenda a todos os trabalhadores em subsolo, nas minas de extração de carvão e flourita, a aposentadoria aos 15 (quinze) anos de serviço. Nº 1850

CAMPANHA NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA — Deputado Marcelo Cordeiro, Primeiro-Secretário da ANC — Sugere disposições concernentes à reforma agrária. Nº 1862

COMISSÃO ESTADUAL MINAS GERAIS, CRIANÇA E CONSTITUINTE — Dep. José Elias Murad, Presidente da Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente da ANC — Sugere a adoção de princípios para a garantia a proteção da criança de 0 (zero) a 6 (seis) anos, impondo-se, como dever do Estado, um conjunto de preceitos concernentes ao amparo à família e à maternidade, à reorganização dos serviços de saúde, à reforma do ensino e a uma reforma tributária capaz de gerar recursos necessários a programas na área social. Nº 1852

COMISSÃO DE ESTUDO DOS PROBLEMAS DO NORTE GOIANO — CONORTE — José Carlos M. Leitão, Presidente — sugere normas dispondo sobre a criação do Estado do Tocantins, nas condições que estabelece. Nº 1847

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA — Senador Albano Franco, Presidente — Sugere normas dispondo sobre os princípios fundamentais da organização política, administrativa, social e econômica do Brasil. Nº 1834

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA E OUTROS — Francisco Álvaro Barbosa Costa, Presidente — Sugere normas dispondo sobre a saúde, compreendendo programas, serviços, política e financiamentos, conforme estabelece. Nº 1835

ENCONTRO DE PRESIDENTES DE ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS (Belo Horizonte e Ouro Preto, 1987) — Presidentes de 19 assembleias legislativas — Sugere subsídio para a elaboração de uma nova Constituição. Nº 1575

ENCONTRO DE SECRETÁRIOS ESTADUAIS DE TRANSPORTES. FÓRUM PERMANENTE — Adriano Murgei Branco, Relator — Sugere um conjunto de princípios para o setor de transportes e outros preceitos sobre matéria tributária e orçamentária, ordem econômica e meio ambiente. Nº 1868

ENCONTRO DA TRABALHADORA RURAL (4, VENÂNCIO AIRES, 1987) — Hilda Frolich, Presidente e outros — Sugere que seja regulamentada a profissão de trabalhadora rural; que no ensino de 1º e 2º graus se incluam aulas sobre a agricultura, o cooperativismo e a administração rural, nas condições que estabelece. Nº 1836

FACULDADE DE DIREITO DE CURITIBA — PR — Luiz Roberto Werner Rocha, Diretor — Sugere normas gerais de cunho social, político, jurídico, econômico e pedagógico, nas condições que estabelece. Nº 1837

FRATERNIDADE DOS DISCÍPULOS DE JESUS, SETOR III — SÃO PAULO — SP E OUTROS — Thirzah Riether — Sugere princípios relativos à liberdade religiosa e à igualdade de direitos dos indivíduos. Nº 1851

LIDERANÇA DAS ALDEIAS PAKUERA — Cacique Gilson Kauto (Deputado Antero de Barros) — Sugere normas que assegurem aos grupos indígenas direito às terras em que vivem; proibição de mineração naquelas áreas; preservação dos mananciais e recuperação da vegetação ciliar; programas especiais de saúde; redefinição do conceito da tutela, seu acesso à educação; e a manutenção de escolas indígenas; entre outros. Nº 1866

MOVIMENTO DE SAÚDE DA ZONA LESTE DE SÃO PAULO — SP — Sugere dispositivos sobre o sistema integrado de saúde. Nº 1839

ORDEM DOS CONTADORES DO BRASIL — Gabriel Hermes, Presidente Nacional — Sugere uma distribuição de impostos mais adequada ao sistema federativo, presumindo-se autonomia legislativa, tributária e administrativa entre a União, os Estados e os Municípios. Nº 1842

Sugere que nenhum tributo seja exigido ou aumentado sem que a lei o estabeleça, nem

cobrado, em cada exercício financeiro, sem prévia autorização orçamentária, ressalvado o imposto lançado por motivo de guerra. Nº 1843

Sugere seja instituído um departamento superior de auditoria, subordinado ao Congresso Nacional para auxiliá-lo na fiscalização patrimonial e financeira das instituições federais. Nº 1844

Sugere que os Poderes Executivo e Judiciário encaminhem ao Congresso Nacional as respectivas propostas orçamentárias para elaboração do Orçamento da União. Nº 1845

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO — Theseo Darcy Bueno de Toledo, Comandante-Geral — Sugere subsídios concernentes à organização e funcionamento da Polícia Militar. Nº 1863

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS — SP — Dr. Oswaldo de Carlos, Prefeito — Sugere a consulta ao livro "O Estado e a Constituinte" de Gasparino José Romão, para subsidiar os trabalhos de elaboração da nova Constituição. Nº 1870

SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA NO BRASIL (1º, Salvador, 1986) — Suzana Alice Marcelino Cardoso, Coordenadora — Sugere normas sobre a língua portuguesa, seu caráter oficial e obrigatório no ensino, o respeito à diversidade dialetal no Brasil e a preservação das línguas indígenas. Nº 1857

SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DE SÃO PAULO. DELEGACIA REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. — Câmara Municipal de São José dos Campos — SP — Sugere normas dispondo sobre a Educação, Ciência e Tecnologia. Nº 1854

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE VENÂNCIO AIRES — RS, E OUTROS — Prefeitura Municipal de Venâncio Aires — RS — Sugere normas dispondo sobre a política agrícola e sobre a questão fundiária. Nº 1846

UNIÃO BRASILEIRA DE INFORMÁTICA PÚBLICA — UBIP — Sugere norma sobre a política de informática, englobando direitos e garantias de privacidade e de acesso à informação, e direitos dos trabalhadores e servidores públicos no que se refere à automação do processo produtivo. Nº 1873

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. FACULDADE DE MEDICINA — Prof. Emílio Sabbaga Pres. da Assoc. Bras. de T. de Org. — Sugere seja permitida doação espontânea de órgãos "inter vivos", vedando-se, porém, sua comercialização, e que seja facultada a retirada de órgão de cadáveres para fins de transplante, salvo no caso de proibição prévia do doador. Nº 1840